

APARECIDA REIS BARBOSA

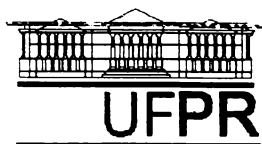
**CASAS DE PASSAGEM PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM SITUAÇÃO DE RUA - PRESSUPOSTOS, PRÁTICAS  
COTIDIANAS E FUNÇÃO SOCIAL.**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação no Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Sonia Guariza Miranda

CURITIBA

2002



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO  
PEDAGÓGICO**

**PARECER AVALIATIVO SOBRE MONOGRAFIA**

**Título da Monografia: CASAS DE PASSAGEM PARA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA-  
PRESUPOSTOS, PRÁTICAS COTIDIANAS E FUNÇÃO  
SOCIAL**

**Autora: APARECIDA REIS BARBOSA**

**Orientadora e parecerista: Sônia Guariza Miranda**


O trabalho objeto desta avaliação representa o resultado de um percurso maduro e posicionado criticamente da autora, na perspectiva de apreender a realidade instigante de crianças e adolescentes em processo de exclusão, mais especificamente, os que se encontram em situação de rua.

Tomando como campo de análise unidades oficiais de abrigo da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, após uma bem recortada caracterização da pobreza do Brasil, analisando os contrastes postos pela desigualdade social, bem como uma revisão de literatura sobre a questão dos “meninos e meninas de rua”, o estudo parte para a descrição de dados envolvendo as orientações e pressupostos oficiais daquela Secretaria, para em seguida tratar de dados descritivos sobre as instituições analisadas em suas práticas. As análises construídas apontam para a necessidade de serem pensados os programas oficiais a partir da lógica que permeia as administrações públicas, e acima de tudo responsabilizando o conjunto da sociedade na defesa e efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Ao longo do processo de orientação foi possível constatar a adequada capacidade de investigação, alicerçada por excelente nível de reflexão crítica, compatíveis com as exigências do Curso de Especialização.

Nota: da Orientadora: Cem (100) – média dos dois pareceres: Noventa e cinco (95).

Curitiba, 28 de janeiro de 2003.

  
Sônia Guariza Miranda.

## **Dedico à**

memória de minha mãe Leonilda, que com simplicidade e ensinou o que não se aprende em livros, fez de sua vida uma lição de solidariedade...

Tainá, minha filha... aos meninos e meninas com lares ou passageiros das ruas e instituições, eles que representam o futuro... esperam que comecemos hoje, agora e com urgência a construção de “um outro mundo possível”.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e especialmente a :

Eliseu, meu companheiro pela compreensão e apoio.

Diretoras das Unidades de Abrigo, Educadores e Funcionários (as) pela acolhida e disponibilidade.

Educandos das Casas de Passagem e da República por compartilharem comigo suas histórias de vida.

Agradeço à mestra e orientadora Sonia Guariza Miranda, pela valiosa intervenção teórica, cuja militância motivou-me à escolha deste tema.

A novidade  
Que tem no Brejo da Cruz  
É a criançada  
Se alimentar de luz  
Alucinados meninos ficam azuis  
E desencarnando  
Lá no Brejo da Cruz  
Eletrizados  
Cruzam os céus do Brasil  
Na rodoviária  
Assumem formas mil  
Uns vendem fumo  
Tem uns que viram Jesus  
Muito sanfoneiro  
Cego tocando blues  
Uns têm saudade  
E dançam maracatus  
Uns atiram pedra  
Outros passeiam nus  
Mas há milhões desses seres  
Que se disfarçam tão bem  
Que ninguém pergunta  
De onde essa gente vem  
São jardineiros  
Guardas-noturnos, casais  
São passageiros  
Bombeiros e babás  
Já nem se lembram  
Que existe um Brejo da Cruz  
Que eram crianças  
E que comiam luz  
São faxineiros  
Balançam nas construções  
São bilheteiras  
Baleiros e garçons  
Já nem se lembram  
Que existe um Brejo da Cruz  
Que eram crianças  
E que comiam luz

Brejo da Cruz  
Chico Buarque.

## APRESENTAÇÃO

Este estudo, mais que um exercício acadêmico representa a necessidade em apreender a realidade que nos cerca, na qual estamos inseridos como partícipes, quer pela participação consciente, quer pela omissão.

A questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua é hoje um dos temas mais preocupantes, retratando dolorosamente o grau da desigualdade e exclusão na sociedade brasileira.

O estudo apresentado nesta monografia realizou-se nas unidades oficiais de abrigo da Secretaria Municipal da Criança (SMCR), que estão organizadas em unidades de nível I (permanência breve) e unidades de nível II (permanência continuada). No decorrer da pesquisa de campo surgiu uma questão relevante para o tema desenvolvido, pois na medida em que existe um programa de permanência continuada, não fazia sentido o termo “casas de passagem”. No entanto, ao desenvolver o trabalho, optou-se pela manutenção deste termo no título, pois, mesmo nas unidades de permanência continuada, os educandos não são vistos como moradores, não constroem o sentido de pertencimento, encontram-se em passagem, esperam a maioria para então “formar sua família”.

A introdução apresenta dados da pobreza no Brasil, os contrastes postos pela desigualdade social e suas relações com a situação das crianças e adolescentes em situação de rua.

A revisão de literatura procura situar de modo genérico, como o tema “meninos e meninas de rua” tem sido tratado historicamente no Brasil e particularmente no Paraná, do ponto de vista legal e das políticas públicas.

A descrição dos dados está organizada em dois momentos: “De Passagem: Princípios e Pressupostos” descreve as orientações e pressupostos oficiais da SMCR de Curitiba; “De Passagem: Retratos do Cotidiano” descreve a instituição, como se realizam os princípios e pressupostos deste programa de abrigamento.

As análises e considerações gerais revelam as reflexões possíveis dado o tempo e a proposta deste estudo. Demonstram a necessidade de pensarmos os programas oficiais a partir da lógica que permeia as administrações públicas. E, acima de tudo a responsabilidade do conjunto da sociedade na defesa e efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>05</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....</b>	<b>13</b>
<b>4. OBJETIVOS.....</b>	<b>16</b>
4.1 Objetivo Geral.....	16
4.2 Objetivos Específicos.....	16
<b>5. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>	<b>17</b>
5.1 Sujeitos da Pesquisa.....	18
5.2 Critérios de Seleção da Amostragem.....	18
<b>6. PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>20</b>
6.1 Primeiras Aproximações.....	20
6.2 De Passagem: Princípios e Pressupostos.....	23
6.3 De Passagem: Retratos do Cotidiano.....	36
<b>7. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>9. CONCLUSÃO.....</b>	<b>66</b>
<b>10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*“Quando seu moço nasceu meu rebento não era o momento dele rebentar”. Já foi nascendo com cara de fome...Eu não tinha nem nome pra lhe dar”.* (Meu Guri – Chico Buarque)

Brasil, maior país da América Latina, tem quase a metade de seu território coberto pela floresta amazônica, principal reserva de biodiversidade do planeta. Maior país tropical do mundo, apresenta grande variedade de paisagem, terras ricas e férteis. Está entre os maiores produtores de alimentos do mundo e se considerado seu PIB pelo critério de poder de compra- “US\$ 1,13 trilhão em 2000, é a nona economia mundial. Só está atrás, nesse ranking pela ordem dos EUA, China, Japão, Índia , Alemanha, França, Reino Unido e Itália” (Earthlink, 2002, p.1) .

Diante destes dados poderíamos questionar o realismo de Chico Buarque, traduzidos nos versos da canção “Meu Guri”. Mas o Brasil, não é só “o país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza”, é também um país de contraste. Nosso país possui índices de subnutrição e indicadores educacionais comparados á Bangladesh, Paquistão e Indonésia. Apresenta uma concentração brutal de renda, sendo a desigualdade social um traço marcante na sociedade brasileira não só no que se refere à renda, mas também a educação, saúde, saneamento básico, moradia, etc.

Segundo os dados da PNDA (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio), referentes aos anos de 1983 a 1995, quanto à distribuição de renda total do país, a proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população contra os 40% mais pobres, verifica-se um diferencial elevadíssimo, “no conjunto do país, os 40% mais pobres da população contavam com apenas 8,9% do total de renda, enquanto 1% mais rico detinha 13,9% desse conjunto em 1995”.

O estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que toma como referencia o biênio 1999-2000, mostra que existem 50 milhões de indigentes no Brasil, que recebem menos de R\$ 80,00 por mês. Este estudo revela ainda que, entre as capitais

somente Porto Alegre (- 2,6%) e Salvador (-1,54%) conseguiram reduzir o número de indigentes. Quase todas as capitais, particularmente Curitiba e São Paulo registraram um aumento do número de pobres.

Neste sentido o relatório da ONU – 2002, confirma dados do IBGE e FGV, apontando para a continuidade da concentração de renda e para a tendência de aumento da pobreza no Brasil. Nos últimos 10 anos não houve progresso na diminuição da desigualdade: os 10% mais ricos concentram 46,7% da renda e os mais pobres detém 1% do total. O Brasil é o terceiro país em piores desigualdades de renda do mundo em uma lista de 162 países; os 10% mais ricos recebem uma parcela quase 50 vezes maior que os 10% mais pobres.

Diante deste quadro as crianças e adolescentes são maiorias entre os miseráveis. Somam, segundo os dados da FGV , 45% , isto é , quase a metade dos miseráveis brasileiros :

“Nas famílias mais pobres (aquelas cujo rendimento médio *per capita* é de 0,5 do salário mínimo), os membros menores de 14 anos, representam 48% das pessoas, o número médio de pessoas por domicílio é de 5,1; a proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres vem aumentando, representando 20,8%, as chefes possuem baixa escolaridade e assumem ocupações com pouca qualificação e baixa remuneração em relação aos homens; o índice de famílias pobres cujos chefes tem menos de 4 anos de escolaridade é de 52%, sendo que 11,5% de crianças de 7 a 14 anos se encontram fora da escola; 13,9% de crianças entre 10 a 14 anos trabalham; 42,9% das pessoas maiores de 14 anos trabalham sem carteira assinada; 65,6% dos maiores de 14 anos de idade não contribuem com a previdência social; dos domicílios das famílias pobres, 28,7% têm abastecimento de água inadequados e 41,6% têm esgoto sanitário precário.” (IBGE/PNAD-98 in:IV Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, 2002).

O Brasil utiliza 21% do PIB na área social, mas as políticas sociais em sua maioria, são políticas compensatórias; são como afirma Saviani: “uma política para os pobres que assume, também, as características de uma política pobre para os pobres” (Saviani, 1987, p.89) e reproduzem desigualdade existente na sociedade. “É interessante notar que, enquanto os gastos sociais per capita, entre 1987 e 1995, apresentaram tendência de crescimento, os gastos com crianças e adolescentes exibiram uma queda de aproximadamente 10%” (UNICEF, 1998, p.55)

Os dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), FVG e IBGE revelam que os pobres ficam com a menor parcela dos recursos: “Os 10% mais ricos ficam com a metade dos recursos distribuídos entre os aposentados; Cerca de

60% do gasto com a educação financia as universidades do Governo, onde estudam os integrantes do topo da pirâmide social; Só 2% das despesas sociais são destinadas em investimentos em saneamento básico.”

Estes dados revelam a situação de desigualdade e exclusão a que são submetidas nossas crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n 8069/90, coloca para o conjunto da sociedade o desafio de garantir a nossas crianças e jovens, os direitos essenciais á vida, numa sociedade excludente, dicotômica e opressora, onde a maioria das crianças desconhece o significado de infância, lar ou família.

Curitiba segundo os dados da FGV, foi uma das capitais que registrou no biênio 1999-2000 aumento do número de pobres. Nos dois primeiros meses de 2002 o SOS Criança municipal, registrou um aumento de 84% nos casos de violência e desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes. Em todo o Paraná foram registrados 10,9 mil ocorrências. O Paraná, como mostram os dados do IBGE, conseguiu reduzir a taxa de exploração do trabalho infantil para 9,42%, mas ainda se encontra acima da média nacional que é de 9,09%.

Estes dados, trazem uma realidade muitas vezes camuflada por discursos e dados oficiais. Se entendermos que a responsabilidade pelo futuro, portanto pelas nossas crianças e adolescentes, é do conjunto da sociedade, não podemos também negar o papel fundamental do Estado na implementação de políticas públicas efetivas e sua responsabilidade na garantia dos direitos fundamentais .

Portanto é também responsabilidade do conjunto da sociedade acompanhar e fiscalizar tais políticas, bem como entende-las enquanto Direito e não concessão deste ou daquele governante.

A análise dos pressupostos que orientam as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação rua em Curitiba, tem uma função acadêmica, na medida em que possibilita a compreensão dos programas aqui desenvolvidos e a reflexão teórica sobre uma das questões sociais mais preocupantes da atualidade. Mas também, traz implícito um desafio, buscar mecanismos para a superação das contradições entre a lei, o discurso e a prática no que se refere ao Estatuto da Criança

e do Adolescente. Para tanto é necessário um processo de construção e relação dialética entre teoria e prática social, o que implica também em desconstruir a imagem de Curitiba enquanto um oásis de primeiro mundo, criada a partir da premissa de que o que é bom pode ser mostrado o que é ruim pode ser maquiado.

Desvelar a realidade é um exercício doloroso, mas absolutamente necessário, pois é a partir deste desvelamento, do embate com as contradições, que é possível reconstruir sobre novas bases e buscar as condições necessárias para a superação.

Isso tudo pode parecer pretensioso, mas entrar numa instituição pública enquanto pesquisadora é também um duplo compromisso: compromisso com a produção de um conhecimento socialmente relevante e compromisso social-político, pois não se pode permanecer neutro ou omissos frente às questões como a que este estudo nos remete. O fato de entrarmos numa instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, enquanto pesquisadora, nos coloca numa posição privilegiada, uma vez que somos os incluídos, isto sem dúvida aumenta nossa responsabilidade.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Os meninos e meninas em situação de rua são uma realidade em todas as médias e grandes cidades brasileiras, fazem parte de seu cotidiano, inspiram na população sentimentos contraditórios de medo, compaixão, indignação, indiferença... Estão presentes nos romances, filmes e documentários.

No Brasil, o termo “meninos de rua”, que designa crianças e adolescentes que passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras, apareceu pela primeira vez em publicações nacionais no livro de Rosa Maria Fischer Ferreira (1979), tendo sido rapidamente difundida por toda parte. Segundo Rubens C.Ferreira (2002, p.1) esta expressão passou a se consagrar e ser conhecida nas décadas mais recentes, expressando a história da ação de um conjunto de atores da sociedade brasileira que lutaram contra a discriminação e discriminalização de crianças e jovens.

Historicamente, a questão da infância pobre emergiu com o crescimento da cidade e abolição da escravatura, criando uma mão-de-obra livre e urbana (Alvim e Valladares, 1988, p.4), “...os migrantes vieram a se juntar aos negros que expulsos das fazendas acabaram migrando para os centros urbanos com sua prole.... por essa nova condição social, o negro deixou de ser escravo e passou a ser marginal” (Passetti, 1985, p.51).

O termo “menor” era empregado na determinação da idade, basicamente para estabelecer a responsabilidade penal. Segundo os juristas a exclusão da responsabilidade penal do “menor” deveu-se à Revolução Francesa, fruto do humanismo.

Em 1830 se isentava da criminalidade no Brasil menores de 14 anos . Em 7 de setembro de 1940 no decreto Lei nº 2848, foi fixada a idade de 18 anos para inimputabilidade da responsabilidade penal (Passetti, 1985, p.28): “[...] mais do que menor existia o filho da família e o órfão. Este, em caso de abandono, dependia do juiz dos órfãos, ficando normalmente aos cuidados das Santas Casas ou de particulares (Londoño, 1991, p.131)”.

Com o aumento crescente do contingente de crianças pobres na cidade, o termo menor, começa a ser empregado para qualificá-la, “relacionando a origem do abandono com as condições econômicas e sociais que a modernização trouxe, os juristas, tanto no começo do século como nos anos 20 e 30, não deixaram, porém de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno, como principais responsáveis” (Londoño, 1991, p.135).

Na década de 20 atividades escolares para os filhos dos trabalhadores praticamente inexistiam. O Estado procura regular o trabalho do menor proibindo o turno da noite. A Revolução de 30, a decretação do Estado Novo- ditadura de Vargas, segundo Passetti, coloca os trabalhadores sob a tutela do Estado freando os possíveis contestadores da classe “... Os filhos da classe operária foram crescendo, sendo calados, pressionados a se calarem para manter seus empregos e submetidos a outras estratégias que levaram a hoje se ter, no Brasil uma classe operária que ainda procura, através de alguns segmentos politizados, traçar um caminho próprio, independente da tutela do Estado.” (Passetti, 1985, p.53)

A realidade atual marcada por novos padrões de acumulação do capital, definidos pela globalização do mercado, impõe a necessidade de adaptação dos trabalhadores a esta nova ordem para a manutenção de seus empregos.

Empregos estes que não existem para todos, em uma sociedade excludente que concentra cada vez mais a renda nas mãos de poucos, gerando sub-cidadãos excluídos das condições mínimas de subsistência. Vivenciamos um momento histórico, onde se coloca no plano político-econômico a globalização como um caminho sem volta e conseqüente necessidade de se implantar as políticas neoliberais, que segundo José Clóvis de Azevedo:

“O processo de globalização, configurado historicamente na virada do século, caracteriza-se pela formação de um mercado único e global. As relações econômicas, tanto produtivas quanto financeiras ultrapassam as fronteiras nacionais, desregulamentando, desregrando os chamados mercados nacionais, constroem macro-economias constituindo os chamados “mercados emergentes” nas regiões periféricas do capitalismo, articulados com a formação dos chamados mercados regionais. É a globalização do trabalho, do dinheiro do mercado.(...) As funções produtivas de uma empresa podem estar espalhadas por diversas partes do continente. A racionalização dos processos produtivos extingue postos de trabalho, promove o desemprego, desvaloriza a força de trabalho e estrangula a capacidade de compra dos mercados locais, provocando a expansão dos mercados para os quatro cantos do mundo”.(Azevedo, 1995, p.09)

Os condicionantes sociais e econômicos acentuam a problemática das crianças pobres que passam cada vez mais tempo na rua, buscando mecanismos de sobrevivência através de pequenos trabalhos, envolvendo-se em delitos. São ao mesmo tempo “malandros e moleques”, moleques quando se insurgem contra autoridade e malandros quando se fazem respeitar através de formas pelas quais obtém vantagens e que estão diretamente vinculadas ao suborno e à corrupção institucionalizada (Passetti, 1985, p.56). Os malandros-moleques, também chamados de menores infratores representam um perigo para ordem social estabelecida, ao mesmo tempo em que motivam ações assistencialistas.

Em 1964 é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – com o objetivo de sistematizar, no discurso oficial as Diretrizes e Políticas Nacionais do Menor: “a avaliação da experiência no campo do Menor com a implantação da FUNABEM, após a revolução de 1964, inspirou cogitações para uma reforma similar em São Paulo”... Assim,... “a defesa do Menor , Menor vítima, antes visto como infrator, encontrou uma solução para sua problemática...” (Violante, 1983, p.16).

É importante destacar aqui a inversão do discurso oficial, que chamou de “revolução”, o Golpe Militar de 1964, que caçou os direitos civis, fechou partidos políticos e sindicatos, impondo ao país uma ditadura de mais de 20 anos.

Em 1974 é criada a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – PRÓ-MENOR, que um ano depois passa a ser denominada de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo – FEBEM/SP, vinculada à Secretaria de Promoção Social, com o objetivo de “abrigo, tratamento e educação do menor abandonado e infrator”.

A Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 institui o Código de Menores, propõe a eliminação de tais expressões, substituindo-as por “Menor em situação irregular”. O novo código de menores trata da “assistência, proteção e vigilância a menores”, até 18 anos, que se encontrem em situação irregular, considerando-se em situação irregular o menor (art.II):

I- privado de condições essenciais á sua subsistência, saúde e instrução obrigatória ainda que eventualmente em razão de: a) falta, ação ou omissão de pais ou responsáveis; b) manifesta irresponsabilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II- vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;

III- em perigo moral devido a: encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes;

IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V- com desvio de conduta, em virtude de grande inadaptação familiar ou comunitária;

VI- autor de infração penal”.

“O menor em situação irregular é aquele que vive na situação de marginalidade social. Este é o menor que além de aparecer no Código de Menores, constara no Código Penal, e será o contingente que habitara as instituições de menores ...” uma vez que o que se coloca como irregular “não o é para todos...” (Passetti, 1985, p.31).

Nesta concepção se isenta o Estado como um dos promotores da violação de direitos, bem como a sociedade. A responsabilidade está no indivíduo, por isso se buscará mecanismo de resolução do “problema” no próprio indivíduo, a partir dos pressupostos da psicologia e das instituições de “correção”.

Com a criação da FUNABEM e FEBEM, institucionaliza-se e se padroniza uma forma oficial de tratamento à problemática “menor abandonado”, “jovem de rua”, “infratores”, “meninos de rua”, “delinquentes” como são qualificadas essas crianças e adolescentes, vistos como ameaçadores pela sociedade.

A partir da década de 70 começam a surgir movimentos que discutem estas questões, buscando alternativas e questionando a política oficial. Na década de 80 o movimento Criança Constituinte que agrega militantes e educadores sociais dá os primeiros passos para a construção do Movimento de Meninos e Meninas de Rua . Em 1985 num encontro Nacional realizado em Brasília funda-se o Movimento Nacional de

Meninos e Meninas de Rua. As lutas e reivindicações desta área culminaram no art. 227 da Constituição de 1988, colocando a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Isto impulsiona a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que os coloca como sujeitos de direitos “Em suma, o ECA resultou de uma grande articulação entre movimentos sociais, políticas públicas e o mundo jurídico do final da década de 80 e início de 90 no Brasil.” (Miranda, 2002, p.12.)

O ECA estabelece alterações fundamentais no tratamento com as crianças e adolescentes, destacando-se: apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semi- liberdade e a internação de adolescentes de doze a dezoito anos que cometam atos infracionais, sendo que esta só poderá acontecer com autorização do juiz e por um período máximo de 3 anos, garantindo-se o direito á defesa (art.. 90 a 97; 112-125 do ECA);propõe a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes nas esferas Nacional, Estadual e Municipal, (paritário compostos por representantes do governo e representantes civis) com a responsabilidade de equacionar as questões que não envolvam litígio, bem como formular políticas públicas na área; criação dos conselhos tutelares, eleitos pela comunidade, nos municípios, com o poder de aplicar medidas de proteção, requisitar serviços públicos e fiscalizá-los .

#### Segundo Gregori:

“De um lado o Estatuto, ao conceber as e os adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento , alterou profundamente uma concepção anterior na qual eles eram tomados como objeto de tutela-,exigindo dos atores já atuantes na área e dos novos atores convidados a dela participar uma adequação de princípios e práticas que, no mais das vezes, tem gerado conflito.Para aqueles que tratavam essa clientela como objeto de tutela, está sendo difícil apreender o sentido profundo da expressão ‘sujeito de direito’; para os novos atores, faltam experiência e um conhecimento detalhado dos novos instrumentos e das exigências inaugurados com o e ECA. Por outro lado , ao valorizar a proteção integral da criança e do adolescente, dando-lhe uma nova importância, o Estatuto fez deles uma espécie de disputa, mobilizando no “mundo adulto” a rivalidade por recursos materiais e de poder.Temos uma situação de disputa pela legitimidade de quem fala em nome desse sujeito e de quem goza o direito de obter recursos para atendê-lo.” (Gregori,2000, p.164).

No contexto do estado do Paraná, a política social de assistencialismo e de construção de instituições para abrigamento de menores com o objetivo de “ prevenir sua marginalização e corrigir as causas de desajustamento” (FEBEM/SP p.20), desenvolvida no Brasil, também se fez presente.

## Segundo Weber e Kossobudzki:

“Até a década de 20 a atuação do estado se resumia em apoiar e subsidiar grupos religiosos que davam assistência a crianças, adultos e doentes abandonados. ‘Especificamente, na área da criança órfã, abandonada ou carente, as primeiras informações existentes sobre a atuação estatal, remontam a 1926, durante o mandato de interventor Federal Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que fundou as primeiras escolas oficiais para este tipo de atendimento’. Duas ‘escolas’, uma para abrigar meninos (Casa Escolar Dr Caetano Munhoz da Rocha) e outra para abrigar meninas (Escola Nossa Senhora das Dores). Foi porém durante o governo do interventor federal Manoel Ribas (1932 a 1954) que as crianças e adolescentes abandonados, principalmente, na área rural, passaram a ser assistidos com maior preocupação por parte do Estado. Três entidades foram criadas com atividades voltadas para a agropecuária (Campo Comprido, 1940; Canguiri em Piraquara, para infratores, e o Preventório Manoel Ribas em Castro); uma entidade voltada para atividades de pesca, chamada Escola de Pescadores, atualmente denominada Unidade Social Marcílio Dias em Guaratuba; e uma no centro de Curitiba, com atividades na área comercial, a Casa do Pequeno Jornaleiro, inaugurada em 1943.” (Weber e Kossobudzki 1996, p.24)

Nos governos posteriores, relatam Weber e Kossobudzki (1996, p.25), “continuaram com o mesmo sentimento filantrópico, tentando minimizar a situação das crianças”. Neste sentido continuaram surgindo entidades com este “espírito”: Abrigo Provisório de Menores, (que foi denominado Educandário Santa Felicidade em Curitiba, desativado em 1998), no primeiro governo de Moisés Lupion, o Lar das Meninas Hermínia Lupion em 1954 e o Instituto de Recuperação Surdos-Mudos do Paraná e a Cidade dos Meninos Flora Munhoz da Rocha, no governo de Bento Munhoz da Rocha. No governo de Ney Braga, em 16 de julho de 1962, foi criado o Instituto de Assistência ao Menor (IAM), com objetivo de formular e executar a política de assistência a crianças e adolescentes. No período de 1971 a 1973, foi implantado o plano Nacional de Prevenção à Marginalização através do CEMI (Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade). Em 1976 foram inauguradas a ala feminina e 1978 e a ala masculina do CEDIT (Centro de Estudo Diagnóstico e Indicação de Tratamento) com uma proposta de atendimento e organização semelhante a FEBEM. No governo de José Richa (1982), o IAM redireciona a política assistencial, implementa triagem em regime aberto, e internação apenas como último recurso.

Com Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 o Estado reorganiza este modelo de atendimento, desativando unidades de porte como a CEDIT e Educandário Santa Felicidade (Abrigo Provisório de Menores). Atualmente o Estado

conta com o Instituto de Ação Social do Paraná (IASP), que organiza e coordena o atendimento; possui unidades regionalizadas para acolhida provisória (em média 45 dias, enquanto o adolescente aguarda decisão judicial); três unidades para internação destinada a adolescentes infratores (duas em Curitiba, sendo uma feminina e outra masculina- Educandário São Francisco, e uma masculina em Foz do Iguaçu). No entanto, segundo Miranda:

“Os modelos atuais para medida de internação, ou seja privação de liberdade são destituídos de condições pedagógicas reais, como o modelo das FEBEMs, sendo os outros modelos que mais se aproximam de propostas pedagógicas, também enfrentam a ausência de condições adequadas. Usando apenas um exemplo para ser analisado tomaremos o caso do Educandário São Francisco, localizado em Piraquara/PR, projetado para atender 150 internos na aplicação da medida de internação a adolescentes autores de atos infracionais, que padece hoje de superpopulação atendendo cerca de 220 adolescentes, o que inviabiliza um trabalho com condições de qualidade, apesar dos inegáveis esforços da equipe que conduz ao processos operacionais, que tem imprimido um cunho pedagógico na proposta dentro dos limites colocados pela ausência de condições adequadas, passando a ser o controle de rebeliões um aspecto gerador de tensões..”(Miranda,2002, p.13)

As grandes unidades que eram administradas pelo Estado, dão lugar às unidades municipais e às casas-lares, na grande maioria sob a responsabilidade de ONGs. Com o aumento da população urbana, o crescimento de ocupações desordenadas e o crescente empobrecimento da classe trabalhadora, aumentam também o número de crianças em situação de risco e de rua, isto obriga o município a implementar políticas públicas específicas voltadas ao atendimento da criança e do adolescente .

Atualmente existem em Curitiba oito conselhos tutelares e a Secretaria Municipal da Criança desenvolve programas de atendimento às crianças e aos adolescentes em duas frentes: programas de “prevenção” e de “proteção e defesa dos direitos”. Além destes programas, o Resgate Social, coordenado pela Fundação de Ação Social de Curitiba, realiza o atendimento emergencial à população de rua, crianças, adolescentes e idosos vitimizados nos domicílios e funciona 24 horas.

A FAS-SOS, encaminha as pessoas para o retorno familiar, asilo ou atendimento em outros programas da prefeitura ou em entidades sociais com as quais mantém convênio.Segundo os dados da própria Secretaria, este programa realizou em 2000, 11.203 abordagens pelos educadores de rua e 14.372 atendimentos na triagem.

Segundo a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) estima-se que 120 crianças moram nas ruas da capital e que, em 2001, conseguiu devolver aos municípios de origem 476 meninos e meninas. Foram realizados 4.685 atendimentos à população infantil, mas grande parte retorna à rua. As crianças que procuram a rua para viver têm idade entre 6 a 15 anos e tentam fugir da violência familiar.(Jornal do Estado-PR, p. 8 -Luciana Lewis).

Esses são os dados oficiais do município, que registra o número de atendimentos realizados por órgãos oficiais, isso significa que são crianças e adolescentes que de uma forma ou de outra tiveram acesso a algum tipo de atendimento. É importante lembrar, que na realidade que se apresenta, existem os “clandestinos”, aqueles que não estão catalogados nos registros oficiais, não fazem parte das estatísticas, são crianças e adolescentes que inexistem oficialmente para o Estado. E são tão reais quanto suas necessidades, vontades e acima de tudo seus direitos.

### 3. JUSTIFICATIVA / DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

*Meio dia, ônibus biarticulado , sentido bairro – centro , o cheiro de cola e thinner se espalha por todo o ambiente e revela a presença dos “indesejáveis” meninos de rua. As pessoas incomodadas se ajeitam nos lugares, trocam olhares, as mulheres protegem discretamente suas bolsas. São seis crianças .*

*Com saquinho de cola “colado” ao nariz, discutem o itinerário, imitam a gravação que anuncia a próxima parada, eles conhecem todas! Em uma das paradas , um policial entra no ônibus, um dos meninos esconde a cola, mas nem é preciso, o policial é apenas mais um passageiro que entrou pela porta três, os meninos estão seguros na porta cinco..*

*Durante o trajeto um deles comunica aos colegas que vai de carona na rabeira \_ “É mais legal !” Desce no próximo tubo e cumpre a promessa. Vira atração. Até se soltar, correr um pouco atrás do ônibus e parar num tubo para entrar pela porta quatro em outro ônibus.*

*A viagem segue, até a gravação anunciar - “Próxima parada estação Praça Ozório desembarque pelas portas dois e quatro, evite parar na porta três, para facilitar a passagem. Cuidado com furtos no interior do veículo.” Os meninos descem. Os passageiros trocam olhares de alívio... O cheiro de cola fica no ar....*

*– “Próxima parada estação: Praça Rui Barbosa, você poderá utilizar qualquer uma das cinco portas...”, desço também...*

Esta foi uma das muitas cenas que vivenciei envolvendo meninos de rua, nesta Capital Social, que já foi “Cidade Universitária”, “Bela e Justa”, “Capital Ecológica” e é conhecida nacional e internacionalmente como sendo a cidade brasileira com padrão e qualidade de vida de primeiro mundo .Recebeu prêmios internacionais pelos projetos desenvolvidos como: “Lixo Que Não é Lixo”, “Transporte Coletivo bi-articulado”, “Urbanismo”. Cidade escolhida para ser a sede do Dia Mundial do Habitat (1994), em julho de 1996 foi premiada em Istambul e apontada como modelo de urbanismo para o Mundo.

Viver em Curitiba é conviver com um consenso construído de cidade modelo e deparar-se cotidianamente com as marcas das desigualdades sociais, violência e exclusão impostas pelo modelo político- econômico vigente. A presença de meninos e meninas cheirando cola e pegando carona nos ônibus é cada vez mais freqüente em Curitiba.

No entanto existe uma ostensiva propaganda das políticas públicas desenvolvidas nesta cidade, destacando a educação, um apelo no que se refere a programas que superem a evasão e repetência, melhorando as estatísticas de permanência e sucesso escolar.

Segundo os dados do IBGE, de cada 100 crianças brasileiras de 7 a 14 anos, em 1992 – 59 estavam na escola, em 1999 esse número aumentou para 95 crianças na escola; no entanto, em 1999, de cada 100 estudantes brasileiros, 72 não estavam na série adequada a sua idade.

Ao pensar nestas estatísticas é importante lembrar, que quando tratamos de evasão e repetência estamos falando daqueles que de uma forma ou de outra estão incluídos num processo formal de ensino. Os meninos e meninas de rua nem sempre fazem parte destas estatísticas, estão fora do processo há muito tempo ou nunca freqüentaram uma escola.

Se estes números os ignoram, é impossível passar por eles sem percebê-los e sem se perguntar como o poder público vem tratando esta questão.

Nesta perspectiva, o presente estudo busca responder a algumas questões : que resposta a sociedade tem dado a estes meninos e meninas em relação aos seus direitos á vida, saúde, educação, família, dignidade e lazer, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente? Quais os pressupostos que orientam as políticas voltadas às crianças e aos adolescentes em situação de rua na cidade de Curitiba?

A casa de passagem é um dos programas específicos de atendimento a meninos e meninas em situação de rua e explicitam em sua especificidade os pressupostos que orientam tais políticas. A casa de passagem é de permanência breve, com o objetivo de oportunizar o retorno na família sempre que possível, segundo a Secretaria da Criança: “caracteriza-se como medida de proteção estabelecida no ECA,

art.101, não implicando em privação de liberdade... está organizada por níveis de atendimento”(SMCR, 2000;16).

Entender tais pressupostos é compreender a concepção de política pública que permeia os programas aqui desenvolvidos e as respostas que o poder público vem dando para a sociedade.

Este estudo tomará como objeto de análise a Casa de Passagem (abrigo de permanência breve, nível I) e a República (abrigo de permanência continuada, nível II), programas estes que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua, buscando conhecer a organização político-pedagógica das casas, os referenciais teóricos- metodológicos destas propostas, as mediações realizadas no cotidiano destas casas, para entender os pressupostos que as orientam, bem como a função social por elas desempenhada.

## 5. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A realização de um estudo sobre as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba, a partir dos pressupostos das casas de passagem (nível I) e das Repúblicas (nível II), constitui-se num duplo desafio: de um lado quebrar resistências do poder público em relação ao acesso aos dados, documentação e contato com as unidades oficiais, por outro lado realizar um estudo acadêmico de relevância teórica e social, no limite de tempo disponível.

Em função do tempo os objetivos foram reduzidos, bem como a delimitação da pesquisa de campo. Optou-se então pelo estudo de uma unidade oficial de permanência breve e uma unidade oficial de permanência continuada para a análise dos pressupostos que orientam as políticas públicas nas unidades de abrigo de nível I e nível II da prefeitura municipal de Curitiba.

A abordagem metodológica tomará como referência a abordagem qualitativa de pesquisa, que segundo Bogdan e Biklen (Lüdke 1986,11), pressupõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e/ou situação investigada, material descritivo, preocupação com o processo, ou seja, considera-se como relevante a “perspectiva dos participantes”, dados predominantemente descritivos e análise de dados tendem a seguir um processo indutivo, não mensurável.

Neste sentido utilizar-se-á como instrumentos de pesquisa :

- a. Levantamento bibliográfico;
- b. Análise documental : regimentos e documentos da Secretaria Municipal da Criança para procedimentos e organização do atendimento nas unidades de abrigos, leis ou portarias que regulamenta a função do educador social;
- c. Estudo de campo com entrevista, questionários semi-estruturados e observação;
- d. Análise dos dados coletados.

A metodologia utilizada tem como referência as coletas de dados que permitam a análise dos pressupostos que orientam o trabalho desenvolvido nas unidades oficiais e sua prática. Para isso se buscará na análise dos documentos oficiais

a explicitação da orientação político-pedagógica que define os procedimentos e organização do atendimento nas unidades oficiais de abrigo.

O contato direto com as unidades de abrigo, a observação, aliados a entrevista e questionários com as crianças e adolescentes, educadores, diretores e assistentes sociais que atuam diretamente nestas unidades, permitirão uma análise considerando a relação teoria-prática destas políticas. Este processo exigirá uma análise qualitativa do material obtido, consistência metodológica e coerência teórica, para que o resultado deste estudo possa contribuir qualitativamente na produção de um conhecimento acadêmico inserido na prática social.

#### 5.1 – Sujeitos da Pesquisa:

Foram considerados sujeitos desta pesquisa: uma unidade oficial de permanência breve e uma unidade oficial de permanência continuada da rede municipal de Curitiba que atendem crianças e adolescentes em situação de rua do sexo masculino. Os dados foram obtidos através de documentos oficiais, regimentos internos das unidades, observação, entrevistas, questionários semi-estruturados, com os profissionais que atuam diretamente nas unidades de abrigos e entrevista com as crianças e adolescentes que estão nestas unidades.

#### 5.2 – Critérios de Seleção da Amostragem:

A seleção da amostra teve como critério a busca de dados que possibilitasse uma visão mais ampla do atendimento com crianças e adolescentes em situação de rua, por isso a opção por uma unidade de nível I que tem como principal característica a permanência breve, com o objetivo principal do retorno familiar; e uma unidade de nível II de permanência continuada, também denominada república destinada a adolescentes quando o retorno familiar não é possível. As unidades oficiais de abrigo são organizadas por níveis de atendimento, por idade e sexo.

A opção pelas unidades que atendem crianças e adolescentes do sexo masculino para amostragem, se deu pelo fato de serem maioria na rede oficial e no caso das unidades de nível I, as primeiras a serem criadas.

## 6. PESQUISA DE CAMPO

### 6.1 Primeiras Aproximações

Ao iniciar este projeto de pesquisa a principal motivação foi conhecer a casa onde moravam adolescentes que estudaram na escola onde trabalho como pedagoga. Acompanhei a trajetória destes adolescentes no ano letivo de 2001; dos três adolescentes matriculados, dois abandonaram a escola e a unidade de abrigo ainda no primeiro bimestre, o terceiro ficou um pouco mais na escola, no início do ano letivo percebemos as sérias dificuldades de aprendizagem, principalmente no processo de aquisição da leitura e escrita. Como pedagoga da escola, consegui organizar para este aluno um horário em contraturno, no qual a professora da quarta série trabalhava conteúdos das séries iniciais com ele, priorizando a leitura e escrita. Foi gratificante ver o progresso deste aluno, no entanto no final do primeiro semestre voltou a morar com a mãe e também deixou a escola.

A situação vivenciada com estes adolescentes, bem como a proximidade da casa em relação à escola onde trabalho, colocou-me em contato direto com uma unidade de abrigo de nível I.

Por isso, ao iniciar este projeto de pesquisa o primeiro contato foi com esta unidade de abrigo. Nesta primeira abordagem, foi possível conhecer os tramites legais para a realização do trabalho nas unidades oficiais. Para isso se fez necessário o encaminhamento de um ofício solicitando a autorização para o Departamento da Criança e do Adolescente e/ou Diretor Geral dos Abrigos.

É importante ressaltar a dificuldade encontrada para tal autorização. Foram inúmeros telefonemas e contatos com funcionários do departamento, até conseguir conversar pessoalmente como Diretor Geral de Abrigos.

Inicialmente houve uma certa relutância em se aceitar a abertura das casas de passagem para a realização da pesquisa; o departamento sugeriu que a realizasse nas instituições conveniadas, pois as casas estavam já com estagiários de outras

instituições educacionais. Foi necessário insistir e argumentar, uma vez que o ofício fora encaminhado há mais de três meses, e a finalidade da pesquisa exigia uma instituição oficial.

A autorização, enfim foi dada, no entanto com algumas reservas. A primeira atitude foi solicitar material sistematizado, tomei conhecimento que estava em processo de elaboração uma nova sistematização do documento sobre “procedimentos e organização do atendimento nas unidades de abrigo”, para se cumprir a nova lei municipal que trata da função do educador social (o qual não pode ser disponibilizado, por estar em fase de atualização). Solicitei então o documento que até então dispõe sobre o assunto.

O caderno intitulado “Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo”, editado em 2000, da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, foi o documento base para a explicitação dos princípios, pressupostos e organização.

A partir daí se estabeleceu uma verdadeira corrida a informações e dados relevantes para a proposta de estudo, sendo agendadas entrevistas com profissionais que atuam diretamente com as unidades de abrigo, como Diretor Geral dos Abrigos, diretores das unidades, vice-diretores e assistentes sociais.

As visitas às unidades de abrigo, cumpriam dupla função: a realização das entrevistas e aplicação dos questionários, bem como a oportunidade de um contato mais direto com o cotidiano da instituição, estreitando o relacionamento com as crianças e adolescentes das unidades.

Este período foi riquíssimo, permitiu apreender aspectos da instituição que em visitas rápidas passam despercebidos.

Sempre fui bem recebida nas instituições pesquisadas. Na casa de abrigo de nível I, que atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, passei algumas tardes. Foram momentos importantes, embora não tenha realizado entrevista com todos eles, pois exigiam atenção e sempre me ocupava jogando dama, trilha, dominó, com aqueles que não estavam no pátio brincando, já que esta parecia ser a atividade principal da casa.

Foram visitadas escolas onde alguns meninos estudam, com entrevistas junto a pedagogos e professores. Neste espaço foram realizadas também entrevistas com os educandos das casas de abrigo. Esta abordagem surgiu no decorrer do processo, como necessária, para um contato com maior privacidade com os meninos, e mostrou-se também importante na medida em que possibilitou conhecer a visão da escola sobre o abrigo.

O curto período de convivência com as crianças e adolescentes, bem como a passagem acadêmica nestas instituições, permitiram muitas reflexões, algumas reafirmando concepções, outras de questionamento e outras ainda germinando... necessitando de mais aprofundamento teórico, mas acima de tudo de tempo... tempo para apreender...

É necessário reafirmar aqui a impossibilidade de neutralidade do trabalho desenvolvido. Paulo Freire, o grande mestre faz questão de nos lembrar sempre que “todo ato educativo é um ato político”, e vai além quando afirma que “... por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura . Exige que escolha entre isto ou aquilo.” (Freire, 1996, p.115).

Neste sentido, buscou-se relatar neste trabalho, os pressupostos colocados nos documentos da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, com fidelidade nas descrições das entrevistas, questionários e relatos, buscando o aprofundamento teórico necessário (e possível) nas análises realizadas. Mas é importante destacar que este estudo teve também como encaminhamento metodológico a observação e relacionamento interpessoal com os envolvidos na pesquisa, comportando também o olhar do observador. Olhar que carrega olhares acadêmicos, históricos culturais e políticos. Olhares marcados também pela provisoriidade, pela dinâmica do movimento que nos remete sempre a novos conhecimentos, experiências, vivências e à construção de novas sínteses.

## 6.2. De Passagem : Princípios e Pressupostos

Para explicitar os princípios e pressupostos das unidades oficiais de abrigo, se faz necessário situar os programas oficiais de atendimento a criança e ao adolescente desenvolvidos pelo município de Curitiba. Os dados levantados encontram-se nos materiais de divulgação da Secretaria (Folders e Cadernos informativos), bem como no site oficial da SMCR.

A Secretaria Municipal de Criança, situa seus programas em duas linhas básicas de ação: Prevenção e Proteção e Defesa dos Direitos.

### Prevenção:

➤ -Creche Oficial – São 125 creches oficiais, com capacidade de atendimento para 16.000 crianças de 0 a 6 anos. A rede oficial e comunitária atende 39.300 crianças.

➤ Projeto Piá – São 29 unidades com capacidade de atendimento para 4.840 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, em contraturno escolar. Este programa visa o ingresso e permanência na escola, prevenção ao uso de drogas, DST e AIDS, incentivo à prática esportiva e preparo para o mundo do trabalho. Segundo os dados oficiais 98% das crianças e adolescentes freqüentam a escola.

➤ Piá no Ofício : conta com uma unidade que atende a 1.066 adolescentes maiores de 16 anos, estudantes, com renda familiar de até 3 salários mínimos. Oportuniza o ingresso no mercado formal de trabalho, ou na condição de aprendiz. É desenvolvido com empresas parceiras.

➤ Casa do Pequeno Jornaleiro – atende a 100 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 17 anos que estejam estudando e cujas famílias possuem rendimento de até 3 salários mínimos. É um programa de inserção ao mercado de trabalho e geração de renda, através da venda de jornais.

➤ **Agente Jovem** : programa implantado na Regional Bairro Novo e Santa Felicidade, com 100 jovens em cada regional. Atendem jovens de 15 a 17 anos, com bolsa-auxílio de R\$ 65,00, os quais são qualificados nas áreas de cidadania, saúde e meio ambiente, para atuação em suas comunidades.

➤ **Centros de juventude**: São duas unidades com capacidade para 180 adolescentes. É um centro de referência para jovens entre 15 e 18 anos, com ações desenvolvidas nas unidades do Programa Piá. Têm o objetivo de integrar os jovens na comunidade, acesso à informática, atividades culturais e esportivas.

#### Proteção e Defesa dos Direitos :

➤ **Abordagem de Rua** – é realizada em 8 núcleos regionais através da Central de Resgate Social. Segundo dados da Secretaria Municipal da Criança atendem em média 226 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, em situação de risco nas ruas, encaminhando-os á programas de apoio, proteção e abrigamento.

➤ **Criança em Segurança** – atua em complemento a abordagem de rua, em parceria com a polícia militar, onde são atendidas crianças e adolescentes em situação de risco.

➤ **SOS criança** – atende denúncias através do telefone sobre crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, agressão física, abuso sexual, negligências e\ou violência psicológica e moral.

➤ **Da Rua para Escola** – São 7 unidades, com capacidade de atendimento para 230 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Programa destinado a crianças com vínculo familiar, com atividades desenvolvidas em contraturno.

➤ **Formando Cidadão** – São seis unidades com capacidade de atendimento para 150 adolescentes de 12 a 17 anos, com ou sem vínculo familiar, que desenvolvem atividades geradoras de renda na rua, encaminhados pelos Conselhos Tutelares ou

abordagens de rua. Têm como objetivo o retorno e permanência escolar, acesso a atividades culturais e desportivas e o fortalecimento dos laços familiares.

➤ PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- São 8 unidades que atendem a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, que desenvolvem atividades geradoras de renda nas ruas e respectivas famílias. As famílias atendidas recebem uma bolsa auxílio de R\$ 40,00, independente do número de filhos. São atendidas 918 famílias.

➤ Tênis – Uma Raquete Para o Futuro- Atende a 55 crianças e adolescentes de 12 a 17 anos, em situação de risco social, aos quais são ofertados o aprendizado de tênis, acesso e permanência ao sistema formal de ensino e o fortalecimento dos laços familiares.

➤ Esporte e Cidadania – Atividades desenvolvidas nas praças Osvaldo Cruz e Tourinho Pereira, com crianças e adolescentes em situação de risco nas ruas.

➤ Abrigos – São 7 abrigos oficiais com capacidade para 185 crianças e adolescentes e 46 abrigos conveniados com capacidade de atendimento de 752 crianças e adolescentes. Propicia o abrigamento a crianças e adolescentes, em situação de rua e/ou vítimas de exploração sexual, alternativa de moradia e garantia de atendimento às necessidades básicas, priorizando o retorno familiar sempre que possível. O programa de Abrigamento subdivide-se em permanência breve e continuada.

A primeira passagem do presente estudo, pelos princípios e pressupostos das unidades oficiais de abrigo, tem como referência as diretrizes oficiais da Secretaria Municipal da Criança que estão sistematizadas no livro “Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo”, editado em 2000, que define os princípios, objetivos estrutura e organização das unidades, procedimentos básicos para encaminhamento, abrigamento e transferência, bem como explicita as funções e competência dos profissionais que atuam nestas unidades.

O livro de modo geral constitui-se num manual básico, sem aprofundar concepções filosóficas ou pedagógicas dos princípios que apresenta, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente sua única referência bibliográfica.

As casas de passagem, fazem parte dos programas de Proteção e Defesa dos Direitos para crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba. Segundo documentos da Secretaria Municipal da Criança, o processo de estruturação da rede de Unidades de Abrigos Governamentais, destinados à população infanto-juvenil de rua, no Município de Curitiba, teve como marco o ano de 1991, com a implantação de chamado alberguinho e em 1992, foi inaugurada a Casa do Piá.

Atualmente a rede conta com sete unidades: Casa do Piá I, Casa do Piá II, Casa das Meninas, Casa das Meninas Madre Antonia, República do Piá, República de Jovens Mossunguê, República de Meninas Nova Esperança. As unidades estão subdivididas em dois níveis:

➤ Unidades de Nível I – Permanência Breve

Recebem crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua e/ou de risco, para que seja realizado estudo social com o objetivo de estabelecer procedimentos adequados a cada caso.

Os dados abaixo, com as datas de início das unidades de abrigo, representam o histórico oficial da Secretaria Municipal da Criança, (há questionamentos em relação a algumas datas do histórico oficial, o quê necessitaria de um estudo específico).

**Casa do Piá I**

Data de início :novembro de 1991

Capacidade de atendimento: 30 crianças

Sexo: masculino

Faixa etária: 07 a 14 anos

**Casa do Piá II**

Data de início : novembro de 1991

Capacidade se atendimento: 30 adolescentes

Sexo: masculino

Faixa etária: 14 a 17 anos

### **Casa das Meninas**

Data de início: abril de 1996

Capacidade de atendimento: 30 crianças e adolescentes

Sexo: feminino

Faixa etária : 07 a 17 anos

### **Casa das Meninas Madre Antonia**

Data de início: agosto de 1997

Capacidade de atendimento: 20 crianças e adolescentes

Sexo : feminino ; Faixa etária: 07 a 17 anos.

#### ➤ Unidade de Nível II – Permanência Continuada

As unidades de permanência continuada, também chamadas de Repúblicas, constituem-se em espaços de atendimento direcionado a adolescentes, em que, além da garantia das necessidades básicas, trabalham-se também práticas de autonomia e autogestão.

### **República do Piá**

Data de início: março de 1995

Capacidade de atendimento: 20 adolescentes

Sexo: masculino

Faixa etária: 14 a 17 anos

### **República das Meninas Nova Esperança**

Data de início: março de 1995

Capacidade de atendimento: 20 adolescentes

Sexo: feminino

Faixa ataria: 12 a 17 anos

### **República de Jovens Mossunguê**

Data de início: de agosto de 1989 até março de 1996. Era denominada República da CAPEJO.

Capacidade de atendimento: 24 adolescentes

Sexo: masculino

Faixa etária: 14 a 17 anos.

No documento que norteia os procedimentos e a organização do atendimento nas unidades de abrigo, estão definidos os objetivos gerais e os objetivos específicos. Embora exista na definição das casas de permanência breve e permanência continuada, indicação de suas especificidades, os objetivos estão postos de forma abrangente, ou seja sem especificar o nível de atuação. Os objetivos estão assim definidos:

#### Objetivos gerais:

- Proteção integral das crianças e dos adolescentes em situação de rua, órfãos ou abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos e de abuso sexual;
- Propiciar a superação das estratégias de sobrevivência anteriormente utilizadas, através da inserção em condições de vida digna e humana; possibilitar a apropriação dos saberes produzidos pela humanidade em sua história, fortalecendo os vínculos familiares existentes e construindo alternativas de exercício pleno da cidadania.

#### Objetivos específicos:

- Propiciar a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade;
- Oportunizar o retorno à família sempre que possível;
- Promover o acesso e a permanência na escola;
- Possibilitar o acesso aos serviços de saúde, a aquisição de hábitos saudáveis e à prevenção e cura de doenças;

- Preparar para inserção no mercado de trabalho;
- Proporcionar a superação do senso comum e das estratégias de sobrevivência da rua, através da reflexão constante e da apropriação da cultura;
- Garantir as necessidades básicas, com proposta educativa;
- Trabalhar práticas de autonomia e autogestão;
- Propiciar ações pedagógicas, através de oficinas de acompanhamento escolar, formação pessoal e social, atividades recreativas, esportivas e de lazer.

### Segundo a Secretaria Municipal da Criança :

“as unidades de abrigo apresentam uma organização fundada nos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na concepção de homem centrada em valores humanistas de respeito aos direitos, consolidação da cidadania, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e democratização do acesso aos bens produzidos pela humanidade em sua história.

Essa concepção de homem exige abordagem que não separe o indivíduo da sociedade e do seu processo histórico. Entre outras implicações, impõe um programa de atendimento que não contemple apenas cada educando abrigado, mas sua família e a comunidade.(...)

O trabalho educativo é respaldado pela elaboração e aplicação coletiva de um regimento interno, cujas regras determinadas, além de serem de conhecimento de todos, necessitam de acompanhamento de seu cumprimento ou não, devendo acarretar a responsabilidade para seus usuários. (...)

Toda ação desenvolvida dentro da instituição (...) está voltada para reflexão do educando sobre sua situação atual e da tomada de consciência de que a transformação dela depende também do seu esforço pessoal.” (SMCR, 2000, p.15)

Nos princípios norteadores da ação educativa dos abrigos, a intencionalidade educativa está posta como condição necessária para o “acesso s condições básicas de existência que contribuam na superação de exclusão social e cultural de seu direito de existir como ser humano em todos os aspectos.” Assim:

“A ação educativa deve ter como ponto de partida o cotidiano em seus vários aspectos: organização da casa; sucesso na escola; relacionamento com os amigos, namorados, familiares, educadores, vizinhos e outros; saúde e cuidados com o corpo; os vários espaços de participação na vida da comunidade e acesso aos recursos, entre outros.” (...) “Deve propiciar tanto a formação de um repertório de usos e costumes compatíveis com a inclusão social quanto a reflexão constante que conduz à autonomia e à criticidade.”(SMCR, 2000, p. 20)

Na explicitação dos princípios, há orientações no sentido de que o abrigo deve ampliar as discussões do cotidiano, das regras de cada casa, avançando na discussão das regras gerais e da própria cidadania. Tais princípios, segundo a Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, implicam na inserção dos educandos na vida da

comunidade, assim, além da escola os educandos devem participar da igreja, cursos, casas de vizinhos e amigos, “sempre com certa supervisão dos educadores”. Destaca-se ainda, no documento, o eixo de ação com ênfase no acesso à cultura e a partir dos 16 anos o acesso a oportunidades de trabalho remunerado.

Na apresentação dos princípios norteadores da ação educativa no abrigo (SMCR) não há nenhuma vinculação explícita das concepções pedagógicas academicamente sistematizadas, ou citação de teóricos nesta área. A referência que se faz tanto na apresentação do documento, em sua introdução e em várias passagens é do Estatuto da Criança e do Adolescente. Buscando sempre tanto nos documentos, quanto na fala dos representantes diretos da Secretaria Municipal da Criança, ressaltar o abrigo enquanto cumprimento fiel à lei nº 8069/90.

O documento acima mencionado dedica-se em grande parte na orientação dos procedimentos a serem adotados no encaminhamento para abrigamento, recebimento da criança ou adolescente, continuidade do atendimento nos abrigos de nível I, procedimentos nos casos de recambio.

O item 5 do documento que trata do processo educativo no abrigo, dedica-se a orientar os procedimentos básicos para documentação do educando; inserção no ensino formal no prazo de 30 dias; avaliação psicopedagógica quando necessário; encaminhamentos na área de saúde; avaliação/ acompanhamento psicológico (priorizando-se os casos de drogadição; abuso sexual e violência física severa); ficha médica individual; medicamentos; encaminhamentos para atividades extras; encaminhamentos para cursos; encaminhamento para mercado formal de trabalho (sendo que as unidades de nível I, darão ênfase na preparação para o mercado de trabalho e as unidades de nível II, ênfase no ingresso ao mercado de trabalho); visita à família; normas disciplinares; escala de trabalho; distribuição do trabalho dos educadores (escalas e vigílias) e empréstimos de objetos pessoais dos ou aos educandos.

A questão pedagógica especificamente é tratada no item 6 do documento sob o título “Sistematização da Proposta Pedagógica dos Abrigos”, consiste basicamente na proposta de oficinas, orientando-se para que nas unidades de abrigo haja uma

distribuição do trabalho “entre momentos difusos da vida cotidiana e situações estruturadas, como reuniões, oficinas ou equivalentes, com previsão dos resultados desejados e articulação planejada dos recursos” (SMCR, 2000, p.35).

Entendendo-se como oficina “espaços regulares sob a coordenação de educadores, para reflexão, e outros aprofundamentos, que devem articular teoria e prática, estruturado de modo continuado”.

Aqui não se faz aprofundamento sobre os fundamentos de concepção pedagógica, apenas define-se o que a Secretaria Municipal entende como oficina e situa as oficinas nucleares, que são obrigatórias nas unidades e seus respectivos objetivos e as oficinas complementares ou temporárias de acordo com a organização das unidades. Sendo :

Oficinas Nucleares:

➤ Oficina de Acompanhamento Escolar:

Objetivo: oportunizar aos educandos um acompanhamento mais sistematizado das atividades escolares, bem como envolvê-los no retorno à escola e permanência.

Conteúdos: buscando um significado para retornar à escola; chegando à escola; estudar – um esforço necessário; fracasso escolar.

Apoio Escolar: alfabetização; língua portuguesa; matemática, história, geografia e ciências.

Procedimentos: O acompanhamento do processo de aprendizagem dos educandos será realizado de maneira sistemática, através de contatos com diferentes profissionais da escola. Neles é importante que o educador obtenha informações relativas às principais dificuldades e conquistas do educando, desempenho intelectual, comportamento emocional e social, frequência e participação nas atividades.

Esses dados são registrados em ficha própria do educador para seu planejamento, onde consta: Conteúdo (o que trabalharei); Procedimentos (de que forma); Período (quanto tempo levarei); Material (do que precisei).

Ressalta-se a importância de se garantir um espaço onde as tarefas escolares possam ser feitas e o educando estude os conteúdos trabalhados.

A oficina de acompanhamento escolar deverá ocorrer diariamente de forma a abranger a maioria das crianças.

➤ **Oficina de Formação Pessoal e Social**

**Objetivo:** Fortalecer a identidade do educando como sujeito histórico, consciente das dificuldades que encontrará no processo de sua formação social e pessoal.

**Conteúdos:** Concepção histórica do homem; construindo as relações sociais; identidade; valores; conhecendo e atendendo seus direitos e deveres; cuidando da saúde; drogadição; preparação para o trabalho.

**Procedimentos :** A ação educativa acontecerá durante as atividades planejadas nos horários específicos da oficina e ao pontuar algumas situações significativas que ocorrerão no dia a dia do educando. É importante que o educador direcione as reflexões no sentido de permitir ao educando a compreensão e a superação de sua condição de vida pessoal e social colocada neste momento histórico.

A oficina de formação a pessoal e social deverá ser realizada uma vez por semana, com horários diferenciados para que todos os educandos possam participar.

➤ **Oficinas Complementares:**

As oficinas complementares são indicações para que cada unidade incorpore ao núcleo comum (acima citado) em outras oficinas complementares ou temporárias como: Oficina de Literatura, Oficina de Música, entre outras.

Ainda no que se refere á proposta pedagógica, estão explicitadas as normas quanto ao planejamento do educador, que deverá ser realizado quinzenalmente com formulário específico (anexo); o material de apoio enfocando os conteúdos previstos, será fornecido pela gerencia do abrigo, sendo o repasse dos materiais, realizados através dos encontros com responsáveis pelo apoio pedagógico dos abrigos.

Na organização existe ainda a obrigatoriedade de reuniões mensais para estudo, avaliação e planejamento das atividades educativas, envolvendo todos os educadores que atuam no abrigo, sob a coordenação do vice-diretor e ou responsável pela ação pedagógica do abrigo.

Esta orientação é geral para todas as unidades oficiais de Abrigo. Assim todas possuem a mesma organização, com alterações específicas de acordo com a direção de cada unidade, principalmente no que se refere às oficinas complementares, sem no entanto modificar esta estrutura organizativa.

O último item do documento trata do processo de desligamento do abrigo, o qual está subsidiado pelo art. 92 do ECA, “ o desligamento deverá ocorrer de forma gradativa, sendo a criança ou adolescente preparado continuamente pela equipe do abrigo”, (SMCR, 2000, 39) que poderá ocorrer por retorno familiar ou transferência. O documento trata a evasão como uma das formas de desligamento, que se efetiva após 15 dias no máximo de ausência do educando:

“Nas unidades de nível I, onde o abrigo possui caráter breve, o processo de desligamento se estabelecerá assim que a criança ou adolescente apresentar possibilidade de transferência para outro espaço de atendimento, ou seja, encontre-se com tempo de permanência na casa acima de 6 meses (sem evasões), esteja estudando e incluído em atividades culturais ou profissionalizantes, além de demonstrar interesse na transferência, pois ela não poderá ter caráter punitivo.”

“No caso das Repúblicas- Abrigos de nível II, o desligamento ocorrerá aliado ao desenvolvimento da autonomia do adolescente, tendo-se a maioridade como sinalizadora do processo, embora não seja o único critério para efetivação do desligamento.” (SMC, 2000, p.39).

O retorno familiar é realizado quando, após o estudo social, fica comprovada a possibilidade de restituição do vínculo familiar, sendo realizada a aproximação entre família e o abrigo, com acompanhamento familiar e convivência periódica dos educandos com a família.

A transferência pode ser realizada das casas de nível I, para as casas de nível II (Repúblicas), para abrigos conveniados ou para Ambiente 2/República. É sempre realizada considerando-se o critério da idade, disponibilidade de vagas e processo de adaptação. No caso do Ambiente 2/República, (para adolescentes que se aproximam da vida adulta, ou já completaram 18 anos, possibilitando o exercício da vida autônoma, com monitoramento esporádico) a transferência segue critérios estabelecidos com o próprio grupo, já que esta não possui a mesma estrutura das unidades de abrigo oficiais. A autonomia no gerenciamento da casa é maior, uma vez que não existe uma direção no cotidiano da casa. A orientação se dá pelo monitoramento esporádico do(a) diretor(a) da unidade de nível II de origem.

O desligamento por evasão, se dá no máximo após 15 dias consecutivos da criança ou adolescente fora da unidade. O fato deve ser informado à central de vagas e o programa de Abordagem de Rua. A orientação neste caso para a unidade, é a de que quando possível realize busca em locais prováveis de se encontrar a criança ou adolescente evadido.

A Secretaria Municipal da Criança, no documento básico pontua as atribuições da equipe que atua nas unidades de abrigo, situando as competências da equipe técnica composta pelo diretor, vice- diretor, assistente social e educadores; e da equipe de apoio composta por: guarda municipal, auxiliares de serviços gerais, assistentes administrativo e cozinheira.

Toda a equipe administrativa é composta por funcionários (as) do quadro efetivo do município. Na equipe de apoio os serviços gerais são realizados por funcionários (as) de empresa terceirizada. (quadro em anexo).

O livro que sistematiza os princípios e a organização acima explicitada, é uma produção da equipe de gerência das Medidas Protetivas do Departamento da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria Municipal da Criança. O departamento mantém inúmeras parcerias com diferentes entidades, que abrangem ONGs, empresas privadas, órgão estaduais e federais, polícia militar. Os programas desenvolvidos no atendimento a criança e ao adolescente, são na grande maioria desenvolvidos por ONGs, com repasse de verbas, algumas verbas são federais, administradas pelo município.

O departamento está dividido em três gerências: Gerência de apoio aos Conselhos Tutelares; Gerência de Programas de Promoção e Gerência da Área de Medidas Protetivas.

A Gerência da Área de Medidas Protetivas, é responsável pelas unidades de abrigo do Município, sendo 7 unidades oficiais e 49 conveniadas. Além dos abrigos oficiais e conveniados também fazem parte o SOS-Criança, que é, segundo a gerência do departamento, a porta de entrada para os abrigos, recebe a solicitação ou denúncia, realiza as ações necessárias para o encaminhamento da criança e do adolescente. O SOS-Criança promove também o recambio, quando se depara com crianças ou

adolescentes de outras regiões do estado ou do país, encaminhando-os aos seus lugares de origem. Segundo os dados do departamento só neste ano (2002), de janeiro a setembro, já foram recambiadas 357 crianças.

Segundo a gerência, a diretriz do departamento é o “cumprimento das Medidas Protetivas do Estatuto da Criança e Adolescente. O departamento opera medidas, opera direitos, é um órgão executor do ECA, faz a lei sair do papel, “neste sentido: “Não existe um pressuposto do departamento. Os pressupostos são das políticas da prefeitura de proteção integral da criança e do adolescente de 0 a 18 anos, que opera das mais diferentes formas e em duas frentes: Prevenção e Proteção”.

No que se refere aos programas de capacitação para os educadores que atuam nas unidades de abrigo, os cursos são organizados pelo IMAP (Instituto Municipal de Administração Pública), o departamento faz a solicitação do curso, indica o tema e quando necessário realiza também a indicação do instrutor. Não existe um convênio específico com Instituições de Ensino Superior, no entanto existem algumas parcerias de acordo com as necessidades do departamento, pois segundo a gerência “independe da instituição que está realizando o curso, o que conta é estar em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal da Criança, que é a doutrina da proteção integral a partir do ECA.”

A política de recursos humanos está em processo de transição, com uma nova lei, que reorganiza o quadro funcional, de acordo com as competências, funções e escolaridade. No caso dos educadores que atuam nas unidades de abrigo, com esta nova organização, a exigência de escolaridade mínima que era apenas de ensino fundamental, agora passa a ser de ensino médio. Com isso, segundo a gerência do departamento ampliam-se as competências e funções dos educadores. Os educadores que já estão na rede e ainda não concluíram o ensino médio terão até 2007, para o processo de transposição e adequação a nova lei.

Ainda, segundo a gerência da Área de Medidas Protetivas, os principais acertos do programa de abrigamento da prefeitura, referem-se “à rede instalada que está aí. Na última gestão foram construídas 5 casas; a forma de organização, o número de moradores, a divisão por sexo contribui para o trabalho. O abrigo não se fecha, faz parte da rede existente, pois tem que funcionar do muro para fora”.

A família, segundo o departamento e as direções do abrigo, aparece como a principal dificuldade do programa Casas de Passagem, são definidas como desestruturadas e descompromissadas: “Há um descompromisso da família. A criança não aparece abandonada sozinha, alguém a colocou no mundo. Da grande maioria das crianças e adolescentes atendidos, se conhece a família, que está desestruturada.”

Este pensamento também é compartilhado por grande parte dos funcionários e educadores que atuam com as crianças e adolescentes nas unidades de abrigo.

Esta é apenas uma passagem pelos princípios, pressupostos e organização, sob o olhar do departamento que representa a Secretaria Municipal da Criança. Este olhar é fundamental, pois nos ajuda a entender o cenário gestor das políticas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, na medida nos coloca de frente com o discurso oficial, fornecendo elementos para a análise de como estas políticas se manifestam na prática.

### 6.3 De Passagem: Retratos do Cotidiano

Retratar o cotidiano das unidades de abrigo, significa partilhar um modo de olhar a instituição, através do relato da rotina, entrevistas e questionários realizados com diretores, assistentes sociais, educadores, educando, professores e equipe pedagógica das escolas onde as crianças e adolescentes estudam.

Como uma necessidade decorrente da pesquisa, foram visitadas duas escolas que atendem crianças e adolescentes das casas de abrigo, com o objetivo de levantar dados para complementar este estudo.

Nem todos os educadores foram entrevistados ou responderam ao questionário, isto se deu por opção dos próprios educadores. Alguns educandos participam de projetos, retornando para a casa apenas no período noturno, isto inviabilizou o contato com todos os educandos que são atendidos nas unidades.

As unidades de abrigo, objeto deste estudo, possuem em sua estrutura organizativa uma especificidade, de acordo com o nível de atuação definido pela

mantenedora, no entanto existem também especificidades definidas a partir dos sujeitos que nelas atuam.

A “casa de passagem de nível I”, tem capacidade de atendimento para 30 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos . No período da realização deste estudo, o número de crianças e adolescentes abrigadas na casa teve uma variação entre 28 a 30.

Na primeira abordagem a casa contava com 30 educandos, pois neste dia um garoto que havia “saído” da casa retornou. Sofrera um acidente pegando a “rabeira” de um trem. Acidentes como estes parecem corriqueiros para os educandos, os mesmos contam com naturalidade e mostram em suas cabeças, braços e pernas (um deles perdeu uma das pernas), as marcas de suas aventuras.

Todos os educandos que estão na casa há mais de um mês freqüentam a escola, alguns com mais regularidade que outros. Dos 30 garotos atendidos na casa, 23 são usuários de drogas e realizam tratamento específico no Centro Vida, uma unidade de saúde especializada em tratamento de drogadição.

A estrutura administrativa é formada por: direção, vice-direção, uma assistente social, um assistente administrativo, 12 educadores (este número passará, segundo a direção da casa de 12 para 14 educadores) 3 cozinheiras, 3 auxiliares de serviços gerais e 3 guardas municipais. Os educadores e guardas municipais possuem escalas de trabalho de modo a garantir durante o pernoite a presença de 3 educadores e um guarda municipal, para atendimento aos educandos.

A casa possui um refeitório, sala da direção, sala de administração, os quartos com capacidade de 8 a 10 crianças em cada quarto, uma sala de TV, lavanderia, área livre com um pequeno espaço onde os garotos realizam atividades recreativas, um espaço livre que funciona como campo de futebol e uma horta. A casa não possui uma sala específica de estudo ou para a realização das oficinas, estas são realizadas no refeitório, sala da direção ou outras dependências da casa conforme a necessidade. Não existe também biblioteca formal, a casa possui a “Biblioteca Viva” da ABRINQ, com um acervo reduzido .

A rotina dos educandos inclui: 7:00 horas café da manhã e saída para a escola (a maioria dos educandos estudam no período da manhã), 12h00 almoço, cumprimento da escala de serviços, atividades livres (jogos, TV, pintura, horta, oficinas), café da tarde, livre, banho, oficina de reforço escolar, TV.

O trabalho educativo, segundo a direção da unidade se dá através da rotina da casa. É realizada uma escala das atividades rotineiras como: varrer quartos, limpar as mesas do refeitório, limpeza dos banheiros, varrer o refeitório. Estas atividades são realizadas com a orientação das auxiliares de serviços gerais, que realizam também a faxina pesada. Os educandos têm a obrigatoriedade em participar das oficinas nucleares: reforço escolar (diariamente) e formação pessoal (semanalmente). Como extensão desta oficina, são realizadas quinzenalmente atividades na comunidade como: passeios a circo, cinema, teatro, restaurantes, com o objetivo de “levar o educando a vivenciar situações que são comuns para outras crianças, pagando entrada, entrando pela porta da frente, sem necessidade de roubar”.

Além destas oficinas, existem as oficinas complementares, cuja participação dos educandos é opcional. São elas:

➤ Horta – oficina implantada pela casa, “mas os meninos não gostam – são crianças que não viverão do cultivo da terra e nem mesmo terão terra para plantar, por isso não insistimos”. Quem cuida da horta é o motorista.

➤ Musicoterapia – oficina implantada recentemente pelas estagiárias da Faculdade de Artes do Paraná (FAP), que acontece sempre nas quartas-feiras, período da tarde.

➤ Oficina de literatura – a partir das histórias lidas, os educandos são motivados a construção de painéis com os personagens.

Dos 30 educandos atendidos nesta unidade de abrigo, 7 adolescentes participam do projeto “Formando Cidadão”, que tem parceria com a Polícia Militar, onde são realizadas atividades de formação pessoal, equitação, escolinha de futebol, entre outras. A participação neste projeto funciona como um prêmio para aqueles educandos que demonstram bom desempenho na casa e na escola. É realizada uma avaliação pelos educadores, tendo como quesitos o rendimento escolar, o desempenho

nas atividades da casa, o relacionamento com educadores e com os demais colegas. Segundo um dos meninos que participa deste projeto, esta rotina é cansativa .

Os educadores que atuam na casa, de modo geral entendem que a função do trabalho educativo que desempenham está ligada a: elevação da auto-estima e socialização das crianças e cidadania. Enquanto pressupostos que orientam a prática no cotidiano da casa, foram destacados pelos educadores: cidadania, superação de pré-conceitos já estabelecidos, bem-estar dos educandos, resgate da auto-estima como base da valorização do indivíduo. Para eles a função social da casa se realiza enquanto “espaço de atendimento emergencial, onde se busca fazer com que os educandos criem/ ampliem seus horizontes como cidadãos”; “resgatar essas crianças das situações desumanas a que estão submetidas”; retorno á escola e á família; “acolher, buscando conciliar afetividade e respeito ás regras de convívio social”; “retorno familiar, uma vez que a casa é de passagem”. É importante destacar que a preocupação com o bem-estar do educando, a garantia de proteção , segurança e o “resgate da auto-estima”, aparece como prioridade em todas as entrevistas realizadas com os profissionais envolvidos (direção, vice-direção, assistente social e educadores).

A direção busca na organização da casa, aplicar os pressupostos e diretrizes da Secretaria Municipal da Criança, considerando importante “o desenvolvimento da auto-estima e um projeto de ética e cidadania”. Segundo a direção, o rendimento escolar dos educandos é preocupante, pois os mesmos apresentam sérias dificuldades de aprendizagem e defasagem idade-série. Chegam na unidade de abrigo com necessidade imediata de proteção e atendimento médico, o que mobiliza mais o grupo de profissionais. A maioria dos educandos necessita de tratamento médico com regularidade, a prefeitura não dispõe de um atendimento de saúde especial para as unidades de abrigo, neste sentido, a direção e outros profissionais da casa freqüentemente necessitam agendar consultas e aguardar o atendimento nas unidades de saúde 24 horas e SUS. O que demanda tempo, dado o número de crianças e adolescentes que necessitam destes cuidados.

Os educandos que são atendidos na unidade de abrigo, chegam com histórias de vida semelhantes: tem vínculo com a rua, famílias desestruturadas, de baixa renda, pouca escolaridade, vítimas de maus tratos, negligência, usuários de drogas...

Como chegaram na casa ? O que faziam? As respostas são quase sempre as mesmas:

“Comecei a cuidar de carros, me ofereceram droga, parei de cuidar dos carros e comecei a si drogar, tinha um mocó onde eu morava com outras crianças”;

“Estava na rua cuidando de carros na pizzaria, a FAS me levou para minha casa, na quarta vez o conselho me mandou para o abrigo”;

“Estava na rua, cheirava “rebu”, fumava maconha ... eu cuidava do meu irmão e ele cuidava de mim”;

“Estava com minha mãe pedindo na rua...”;

“Morava com a minha mãe, mas não estudava e só ficava na rua”.

A unidade de abrigo não é destinada exclusivamente para crianças e adolescente em situação de rua, (embora seja a maioria). Na casa encontram-se também crianças e adolescente em situação de risco, negligencia e/ou maus tratos.

De modo geral gostam da casa, passam a maior parte do tempo em atividades livres, jogos, brincadeiras, televisão, uma vez que as oficinas complementares não são obrigatórias. Mas também sentem necessidade de outras atividades: “Quando estou de bom humor é legal. Às vezes fico com raiva de ficar lá sentado o dia inteiro. Atividades que faço? – Desenho, jogo bingo, assisto televisão”.

O vínculo que estabelecem com a casa está relacionado com garantia de ter abrigo e alimentação: “Aqui nós brinca, come, dorme no cantinho, não passa frio, tem café da manhã”. No entanto isto não os desvincula da rua: “fiz promessa para não fugir, já fugi umas doze vezes”. Este comportamento é freqüente nas crianças e adolescentes atendidos na unidade de abrigo de nível I, constantemente voltam para as ruas, depois retornam ao abrigo, e assim sucessivamente. Existem adolescentes que ficam neste processo de 2 a 3 anos.

Apresentam dificuldades de socialização, isto faz com que a mediação de conflitos seja constantemente exercida pelos educadores. Mas aprendem depressa as regras da casa, nisto um dos garotos nos dá uma lição, referindo-se a outro garoto da casa, com o qual tem uma divergência: “O dia em que eu encontrar ele na rua, ele vai ver... na casa não brigo, senão a gente vai para DA (Delegacia de Adolescentes), lá é

ruim. Fiquei preso uma vez - num banheiro bem dizer – tem um concreto, fui pra lá por que estava roubando”.

Segundo a direção existem algumas regras gerais: Obrigatoriedade na participação das oficinas nucleares; acesso a armário individual após 30 dias consecutivos na casa; para atividades fora da unidade o educando deverá ter no mínimo 7 dias de permanência na unidade e apresentar bom comportamento.

Havia reuniões mensais com os educandos para discussão das questões gerais e problemas da casa, no entanto houve necessidade de realizar as reuniões semanalmente. Esta experiência teve início no segundo semestre deste ano (2002), as reuniões acontecem sempre nas 5<sup>as</sup> feiras, com a participação da direção, assistente social, educadores e educandos. A pauta é definida de acordo com as necessidades ou solicitações dos educandos, a partir dos problemas debatidos são definidas as regras .

Na reunião que teve como pauta “apelidos”, foram definidos os seguintes encaminhamentos: apelidos estão desautorizados dentro da casa, se houver esta atitude aquele que apelida perde passeio de final de semana; Palavrões e xingamentos serão retomados imediatamente pelos educadores; Será feita anotação em livro de ocorrência, o educando assinará advertência, na 3<sup>a</sup> vez perderá o passeio.

É possível perceber que a “troca” como pressuposto para a disciplina é algo bastante presente. Constantemente os garotos, perguntam aos educadores se estão na lista dos passeios, utilizando a resposta do educador como critério para esta ou aquela atitude.

No que se refere à família, quando perguntados todos respondem que gostam, citando quase sempre a figura da mãe, fazem ressalvas às vezes ao padrasto ou irmão mais velho, no entanto nenhum se refere ao retorno familiar com entusiasmo, alguns alegam que a decisão depende da mãe, outros já são mais decididos: “A casa é legal, gosto de ficar aqui, quando não puder mais ficar, vou para outra casa”.

A relação com a escola é bastante conflituosa, os educandos a frequentam como condição para permanecerem na casa. Apresentam dificuldades na aprendizagem, estão fora do padrão idade-série (tem crianças na casa com 10 anos, que ainda não foram alfabetizados).

Os educandos sentem-se marginalizados por estarem na casa: “A escola não é nem um pouco legal, só por que é da casa, qualquer coisa é a gente”. A escola por sua vez, acha que os educandos tiram “vantagem” do fato de estarem no abrigo: “Aqui utilizam o argumento de serem “meninos da casa”, quando querem destacar-se no grupo, no entanto quando são cobrados são “meninos da casa”, amparados pela lei”, se acham no direito de fazerem o que querem”.

Neste sentido, a pedagoga entrevistada em uma das escolas, coloca a necessidade do conhecimento da lei, para que as ações da escola sejam mais eficientes. Um dado relevante, levantado junto aos professores destes educandos, refere-se à organização da vida escolar e tarefas. Os professores entrevistados foram unânimes em dizer que em média 90% das tarefas para casa, não são realizadas e que as dificuldades em se trabalhar com “esses meninos” são enormes: “Tem aluno que está a dois anos na casa e irá reprovar pela segunda vez, tarefas simples como recorte ou desenhos, não são feitos”, relata a supervisora.

Para a unidade de abrigo a relação com a escola não é tarefa fácil, pois “há resistências na aceitação dos educandos da casa”, nem todas as escolas aceitam a matrícula, sendo ainda o preconceito a maior dificuldade deste relacionamento. Segundo a direção da unidade de abrigo, pode-se notar alguns avanços nesta direção, algumas escolas através da direção e equipes pedagógicas têm feito esforços significativos no sentido de compreender a especificidade destes educandos, mediando o conflito na relação professor-aluno.

As principais dificuldades em relação ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, apontadas pelos profissionais que atuam nas unidades são: o uso de drogas, a falsa idéia de liberdade que a rua proporciona, carência afetiva, a cultura da esmola, carência de limites.

A família é apontada como a principal responsável pelas crianças e adolescentes em situação de rua: “A unidade busca sempre preparar este menino para o retorno familiar, responsabilizando a família pelo atendimento do menino como um todo”; “Acho que a família precisaria ser mais responsável, parar de dizer que não dá conta, assumir os filhos que põe no mundo.”

O Estado aparece enquanto necessário para suprir as necessidades e para efetivar seu papel social:

“São geralmente crianças e adolescentes que jamais tiveram acesso aos princípios de uma família normal. A responsabilidade da família quanto à situação presente e futura dessa criança é enorme. O Estado tenta suprir a demanda, atendendo parte desses casos, mas como o número é crescente, é um trabalho difícil”;

“Todos os seres têm possibilidades de superação, no entanto o Estado deverá efetivar cada vez mais o papel social, com ênfase na educação, trabalho/emprego; em políticas de inclusão, objetivando um trabalho em rede que assista as famílias, mas que responsabilize cada família em relação a sua prole,...”. (depoimento de educadores das unidades de abrigo pesquisadas)

A exclusão, marginalidade e ausências de direitos são apontadas por um (a) educador (a): “De exclusão e marginalidade. A família se tivesse acesso a seus direitos, deveria ser responsável pelo bem estar das crianças. O estado tem a obrigação de promover o bem estar das crianças e adolescentes, como também, o acesso a inclusão social e aos direitos previstos no ECA e na constituição”.

Os sonhos e desejos dessas crianças e adolescentes são os mesmos das crianças e adolescentes da mesma faixa etária: cantor, jogador de futebol, médico, veterinário, biólogo... Alguns são modestos: ser mecânico, trabalhar no escritório ou simplesmente “arranjar um emprego”. Outros ainda, bastante particulares: “meu sonho é ser da marinha, por que o dia da marinha é bem o dia do meu aniversário”.

A unidade de abrigo de nível I possui uma especificidade que está diretamente ligada a população que atende e a relação casa - educandos que se dá no cotidiano da instituição, que a diferencia da unidade de abrigo de nível II, embora tenham estrutura semelhante e os mesmos princípios orientadores.

A unidade de abrigo de nível II, objeto deste estudo, com capacidade de atendimento para 25 adolescentes, atende atualmente 21 educandos. A estrutura organizacional de que dispõe é praticamente a mesma das unidades de nível I, possui: direção, vice-direção, 11 educadores, 2 cozinheiras e uma auxiliar de serviços gerais. O nível de exigência com relação às tarefas da casa é maior, aos educandos cabe a manutenção da limpeza e faxina em geral.

A casa possui uma sala de estar, sala da direção, sala dos educadores (espaço pequeno, utilizado somente para recados e planejamento), quartos coletivos (com capacidade para 8 a 10 garotos), cozinha, um refeitório, sala de estudo com biblioteca,

um quarto que é destinado a banda (os rapazes da banda guardam os instrumentos e realizam os ensaios). A casa está sempre limpa, organizada.

Segundo a direção da unidade, a organização da casa tem como pressuposto “a construção da autonomia, os valores morais e sociais”, sendo o trabalho educativo voltado para a “construção do indivíduo como sujeito partícipe da vida em sociedade”. Neste sentido se busca “despertar o educando para o gerenciamento de suas próprias vidas, capacitando-os para compreender o contexto social e para a profissionalização”. A casa desenvolve duas oficinas nucleares: Reforço Escolar (diariamente, com horário de estudo e realização das tarefas escolares) e a oficina “Gerenciando o Futuro”.

A oficina “Gerenciando o Futuro”, acontece uma vez por semana, é coordenada pelos educadores e supervisionada pela direção, tem como objetivo de superar vícios e mitos da pseudo-liberdade que a rua oferece, desenvolver a auto-estima, colocar em discussões questões como: discriminação, exclusão, mercado de trabalho, entre outros. Para isso são utilizados textos que possibilitem a discussão.

A dinâmica da casa é relativamente simples, estudam, tem horário de reforço escolar, a obrigatoriedade de cada um cuidar de suas coisas, assumir a casa, limpeza, cuidar de sua própria roupa. Existe na organização da casa o “projeto de monitoria”, onde um monitor é escolhido pelos educadores e um monitor escolhido pelos educandos. Estes monitores durante 15 dias são responsáveis pela organização geral do trabalho na casa, observando o cumprimento da escala de tarefas, participando do gerenciamento da unidade. Para isso, são elencadas situações que exigirão dos monitores assumir a tomada de decisões, assim como orientar e mediar conflitos; após o exercício da monitoria é realizada reunião com o grupo para avaliação do desempenho, “onde se apontam os erros e acertos, discute-se o que pode ser melhorado e realiza-se a escolha de novos monitores”. A monitoria, é uma experiência recente, implantada em março (quando a atual direção assumiu).

Os educandos atendidos na república estão na faixa etária de 14 a 18 anos, todos frequentam a escola. Este ano, dois educandos estão concluindo o ensino médio e se preparando para o vestibular. Doze jovens exercem atividades geradoras de renda (programa “Agente Jovem” - bolsa auxílio de CR\$ 65,00 , “Administrando o Futuro” –

bolsa auxílio de CR\$ 90,00 e um educando com atividade remunerada em empresa privada) ; três participam de cursos nos “liceus” da prefeitura, dentre os cursos citados, encontram-se: artesanato, informática e Telemarketing. Percebem a casa como um espaço que possibilita a inserção no mercado de trabalho, o estudo e “um tempo para se estabilizar”. Dentre as dificuldades na república citam : a falta de privacidade como o maior problema, a cobrança para as “escalas” e a dificuldade em se manter as regras.

As normas da república incluem restrições que estão divididas em: graves, médias e leves, de acordo com gravidade da ocorrência. As restrições graves e médias variam entre um mês e 15 dias , respectivamente sem sair da unidade e sem receber ou fazer ligações, estas restrições referem-se às atividades de lazer, sendo obrigatória à frequência na escola, projetos e cursos em que o educando esteja inserido.(Em anexo as ocorrências que requerem as restrições acima citadas).

De modo geral os educandos consideram seus relacionamentos bons e a casa “boa e organizada”. Dos educandos entrevistados, apenas um fez referência a rigidez das regras e outro a postura dos colegas e educadores: “Apesar de alguns gritos, “berrações” tanto dos educadores quanto dos meninos, a república, ou melhor o abrigo sempre esteve organizado e limpo”.

A principal expectativa destes educandos é “casar, ter filhos, emprego e ser feliz”. A informática aparece como opção de emprego garantida e a faculdade é citada também como projeto de vida para um dos educandos: “Ter uma casa, comida, minha família para dar amor e carinho”;

“Entrar na faculdade, me formar em física ou direito. Então começar a construir minha família e viver a vida como sempre sonhei”.

A banda KiproKó é composta por educandos da república, a música é vista pelos componentes da banda, não apenas como uma atividade de prazer, mas também profissionalmente e enquanto geração de renda. Para dar suporte a este projeto a unidade conta com a participação dos voluntários da Boch e J.Camargo Seguros. O projeto inclui a divulgação e apresentações públicas de forma a profissionalizar a Banda KiproKó.

A partir deste projeto e a aproximação de voluntários, encontra-se em fase de oficialização a “Associação dos Amigos da República”, que se transformará em ONG, com sede na própria república e parcerias com empresas.

Merece destaque o fato de que os educandos atendidos na unidade de abrigo de nível I, são crianças, quase em sua totalidade, em situação de rua e usuários de drogas (dos 30 educandos, 23 necessitam de tratamento), poucos educandos deste nível de atendimento são encaminhados para o nível seguinte (no caso estudado, apenas um adolescente). Segundo a direção da Unidade de abrigo de nível I, os educandos são também encaminhados para casas-lares, ou instituições conveniadas, porém não soube precisar o percentual destes encaminhamentos.

Os educandos atendidos na unidade de nível II, na maioria, são educandos oriundos de outras instituições, principalmente conveniadas, ou moravam com a família, o índice de envolvimento com a droga é relativamente baixo. Na unidade pesquisada, dos 23 educandos atendidos, apenas um realiza tratamento de drogadição (sendo este também o único educando que veio transferido de uma unidade de nível I).

A saída dos educandos da república se dá principalmente pelo critério da idade, embora não seja o único critério para efetivação do desligamento, pois, o retorno familiar ou adoção ainda são, segundo a direção de unidade de abrigo pesquisada, os principais objetivos desta instituição, uma vez que, segundo o ECA o abrigo faz parte do elenco das medidas de proteção – somente em caráter excepcional e transitório”, a lei não faz referencia à “permanência breve ou continuada”, assim o termo “continuada”, não tem o sentido de permanente. Neste sentido, houve restrições ao termo “moradores”, empregado nas primeiras abordagens e entrevistas. A exigência para a utilização do termo “educandos” e não “moradores” apenas “mascara” a impossibilidade do retorno familiar ou adoção na idade em que estes garotos se encontram. Este é um dado preocupante e que a própria direção admite.

## 7. ANÁLISE DOS RESULTADOS:

### Breves e Permanentes Passagens:

As unidades de abrigo de permanência breve e permanência continuada, são parte de um mesmo programa, existindo enquanto medidas de proteção em caráter excepcional e transitório, com o objetivo de atender a criança e o adolescente o tempo necessário a promover seu retorno familiar. Por isso possuem teoricamente os mesmos princípios e organização administrativa. No entanto, há diferenças significativas entre estas unidades, tanto no que se refere á população atendida, quanto às relações educativas que se estabelecem .

Nas diretrizes da Secretaria Municipal da Criança, as unidades de abrigo estão divididas em dois níveis (permanência breve e permanência continuada), possuem a mesma estrutura organizativa, orientações e objetivos. Distingue-se na divisão de atendimento por faixa etária, mas também pela especificidade deste atendimento, uma vez que as unidades de nível II, também denominadas repúblicas, são consideradas opção para os adolescentes quando não é possível o retorno familiar, sendo a maioria um dos critérios para o desligamento, embora não seja o único, podendo ocorrer por retorno familiar, transferência ou evasão. No entanto, as unidades de abrigo de nível II, estão situadas como medidas de proteção de caráter transitório, previstas no art. 101 do ECA. O termo “permanência continuada” é questionado pelos profissionais que atuam na Secretaria e Unidades de Abrigo.

Neste sentido a questão da “privacidade” apontada pelos educandos como sendo a principal dificuldade da vida na “república”, justifica-se, na medida em que sua organização de “abrigamento”, número de moradores, espaço físico, normas e procedimentos, não permitem a construção do vínculo de “morador”. Eles, os educandos, participam da vida da unidade, cumprem escalas e regras, buscam a construção da autonomia, mas não constituem de fato uma “república”, (definida no dicionário como “conjunto de estudantes que vivem na mesma casa; a casa onde vivem os estudantes”), são educandos da unidade de abrigo e não moradores.

A estrutura física das duas Unidades de Abrigo pesquisadas se assemelham, com quartos coletivos para 8 a 10 educandos. Esta estrutura, mostra-se inadequada, o número excessivo de crianças no mesmo quarto, não permite a vivência da individualidade, o processo de construção da identidade, que favoreça um crescimento sócio-emocional e cognitivo saudável e necessário para a construção da vida autônoma.

O desligamento destes educandos/moradores, se dá principalmente por que atingem idade limite (18 anos), pois se sabe que as possibilidades de adoção, colocação em família substituta ou retorno familiar são mínimas, quando não inexistentes. O atendimento nas unidades oficiais de abrigo está condicionado a idade, não há abrigos oficiais para aqueles que ao atingirem a maioridade, ainda não construíram caminhos para a auto-sustentação, como o desligamento não pode ser postergado, são encaminhados ao Ambiente 2/República.

O Ambiente 2/República aparece como uma alternativa para estes educandos, é apontada pela SMCR como “uma iniciativa que possibilita o exercício da vida autônoma, porém com monitoramento esporádico, acompanhamento e auxílio do diretor do abrigo ao qual pertenciam os educandos” (SMCR, 2000, p.40) neste caso, a transferência segue critérios estabelecidos com o próprio grupo, com a mediação do(a) diretor(a) da Unidade de nível II (República). Segundo o departamento a doutrina de Proteção Integral é definida para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, sendo para esta faixa etária os programas desenvolvidos pela SMCR em Curitiba.

Os adolescentes que chegam a maioridade sem o retorno familiar e sem uma formação que lhe garanta estabilidade financeira e emocional, continuam à margem do processo. Neste aspecto a questão da escolarização aparece como um dado relevante para a construção da autonomia e organização de projetos pessoais, colocando ao educando perspectivas para o futuro. Mas, esta é também, uma questão preocupante: dos 23 educandos abrigados, apenas 2 educandos estão entrando na maioridade tendo concluído a educação básica (ensino fundamental e médio) como prevê a LDB / Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – art. 21); 11 adolescentes freqüentam o Supletivo do Ensino Fundamental, (um educando está na fase de pós-

alfabetização, os outros estão no período que corresponde á 5ª série – dentre estes um dos educando completará 18 anos); 10 adolescentes freqüentam Ensino Fundamental Regular (a maioria na 5ª série).

Isto representa em termos percentuais que os 91,3 % dos adolescentes, da Unidade de Abrigo de nível II (República), entrarão na maioridade sem concluírem a educação básica. Se analisarmos a fase do supletivo ou a série do ensino regular em que se encontram, significa que, os educandos com idade entre 14 e 16 anos poderão, quando muito, aos 18 anos concluírem o ensino fundamental (1ª a 8ª série), isso se obtiverem sucesso escolar em todos os anos subseqüentes. Estes dados, revelam a importância de um questionamento sobre a autonomia construída até os 18 anos nas unidades de abrigo, bem como, inipõe a necessidade de uma atenção especial ao processo de ensino- aprendizagem destes educandos, com uma intervenção qualitativa e sistematizada, por parte da mantenedora, criando condições estruturais e de recursos humanos, com profissionais especializados nesta área.

Para o departamento a divisão das unidades por sexo e faixa etária, constitui-se num dos importantes acertos deste programa. No entanto as duas unidades de abrigo para meninas existentes, diferentemente desta distribuição, atendem a crianças e adolescentes de 07 a 17 anos. Esta amplitude de faixa etária, impossibilita o trabalho educativo organizado a partir das necessidades educativas de cada faixa etária e não corresponde aos princípios que o próprio departamento estabelece: “Estes níveis foram estabelecidos após experiências que demonstraram a necessidade de priorizar o atendimento em pequenos grupos, distintos por sexo e faixa etária, conforme o tempo de permanência e preservando-se a característica de moradia” (SMCR, 2000, p.16).

Os objetivos das unidades de abrigo, estão voltados basicamente para crianças e adolescentes em situação de rua: propiciar a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade; retorno familiar se possível; superação do senso comum e das estratégias de sobrevivência da rua, entre outros, no entanto, são atendidas também crianças em situação de risco, de negligencia e maus tratos. Há casos nas unidades de abrigo, cujo principal motivo da criança ou adolescente estar na unidade é a condição de pobreza ou o trabalho infantil: “Estava na rua cuidando de

carros na pizzaria, a FAS me levou para minha casa, na quarta vez o conselho me mandou para o abrigo”.

Os programas de abrigo são medidas protetivas essenciais. Para muitas crianças o abrigo representa a opção para suprir as necessidades básicas como: alimentação, abrigo, vestuário e saúde, dado o estado de pauperização em que a família se encontra. Outro diagnóstico relevante, é o fato da maioria das crianças em situação de rua atendidas na unidade de abrigo de nível I, iniciarem o vínculo com a rua, a partir da condição de pobreza da família e necessidade ajudar no orçamento doméstico (a maioria como guardadores de carros). Esta demanda precisa ser tratada pela SMCR, a partir de sua especificidade: um atendimento mais sistemático à família, incluindo terapia familiar e outras especialidades necessárias; uma articulação maior com outras políticas públicas para que a família seja “resgatada”, com condições para que o retorno familiar se concretize; e uma intervenção maior do Estado na formulação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais para todos, como educação básica e formação profissional para os adultos, bem como programas de geração de renda não eventual.

O ECA, prevê enquanto um dos princípios do abrigo o “atendimento personalizado e em pequenos grupos” (art. 92:III). As crianças e adolescentes em situação de rua carregam histórias e necessidades diferenciadas das crianças em situação de risco, negligência ou pobreza, esta especificidade deve ser considerada e tratada de forma responsável. Neste caso a convivência conjunta não resulta em ação educativa. Neste particular, há um relato de ex-educando, que de passagem pela Unidade de Abrigo por causa da desestruturação familiar em função da morte da mãe, teve “na Casa de Passagem”, seu primeiro e, (segundo o educando entrevistado) único contato com a droga. Este, pode ser um caso isolado, mas nos leva a questionar os critérios deste tipo de atendimento e o fato desta forma de organização colocar crianças e adolescentes em nova situação de risco.

No que se refere à condição de pobreza da família, ao colocar a criança como prioridade absoluta, o ECA estabelece medidas de proteção e garantia dos direitos fundamentais, chamando a responsabilidade da Família, da comunidade, da sociedade

em geral e do poder público no sentido de assegurar com absoluta prioridade a efetivação destes direitos (art. 4º). Preconiza ainda o direito á convivência familiar e comunitária, não sendo a pobreza, “falta ou carência de recursos materiais”, motivos para o afastamento do convívio familiar” (art. 23). Neste caso a família deverá ser obrigatoriamente incluída nos programas oficiais de auxílio, “políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo para aqueles que deles necessitem” (art.87:II), sem perder de vista a necessidade de medidas políticas articuladas, que garantam efetivamente a superação da pobreza enquanto estigma social estrutural.

O ECA, estabelece uma série de medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, para que os direitos fundamentais da criança e do adolescente sejam efetivados. Medidas estas que incluem acompanhamento e atendimento especial aos pais como: encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção a família, inclusão em programas de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, orientação e tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação ( art 129:I, II,III,IV).

Os programas oficiais existentes em Curitiba, não dão conta, no que se refere à população atendida nas unidades de abrigo, das condições de exclusão às quais estas famílias estão submetidas. Os benefícios concedidos por estes programas variam de CR\$ 15,00 (bolsa escola – valor por criança, sendo que a família poderá inscrever até 3 filhos no programa) a CR\$ 40,00 (PETI – por família, independente do número de filhos) e são excludentes, ou seja, a família pode optar por apenas um dos benefícios. Nas condições de extrema pobreza em que muitas famílias se encontram, estes benefícios são insuficientes, por isso permitem que suas crianças estejam nas ruas guardando carros, ou catando papel, quando não esmolando sob a orientação dos próprios pais.

Todas as crianças e adolescentes abrigados, têm contato regular com a família, com visitas nos finais de semana. Muitas crianças, quando questionadas sobre o retorno à família, respondem que dependem da decisão da mãe. Muitas vezes, o abrigo, representa para a mãe a opção mais segura para a sobrevivência dos filhos, sendo esta uma alternativa da qual não pode abrir mão.

A família aparece, tanto no discurso da SMCR, quanto dos profissionais que atuam nas unidades de abrigo, como sendo a principal responsável pela condição da criança em situação de rua, e é apontada pelo departamento, como uma das principais dificuldades encontradas no programa de abrigamento. Segundo os(as) entrevistados(as) a família é citada como descomprometida, carente de valores morais, irresponsável e “não dá conta dos filhos que coloca no mundo”, havendo “sugestão” para que o Estado inplemente políticas de “controle de natalidade”, como solução para o problema.

Ora, o problema não está nos filhos que são gerados, mas nas condições concretas de exclusão à que estas famílias estão submetidas, onde direitos essenciais como saúde, educação, moradia, emprego, são suprimidos, numa sociedade onde a concentração de renda é brutal:

“Embora o país ocupe a 10º economia mundial, apresenta um dos piores índices de distribuição de renda do mundo. Em consequência, a maior violação de direitos está nas condições de privação e desigualdade em que se encontram grande número de crianças, adolescentes e suas famílias, para quem as ações de assistência social persistem no paradigma que reforça o caráter seletivo e residual” (CONANDA, IV Conferencia 2002, p 9).

O que se observa é a falta de um acompanhamento específico e de qualidade às famílias das crianças e adolescentes que são atendidos nas unidades de abrigo como prevê o ECA. Isto dificulta e por vezes inviabiliza o retorno familiar, pois, nas condições analisadas a família nunca estará preparada para o retorno. Ela, a família necessita tanto quanto a criança de um processo de construção e reconstrução da auto-estima, bem como da cidadania do direito.

A construção de novos mecanismos que superem as estratégias de sobrevivência da rua, “a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade” (SMCR,2000, p. 19) para a criança e o adolescente em situação de rua que estão abrigadas, não pode ser realizada de forma isolada, pois implica necessariamente numa construção conjunta criança-família. Para tanto, não bastam programas dispersos ou eventuais encaminhamentos. A iniciativa da chácara “Profeta Elias”, que desenvolve um trabalho alternativo, reconhecido internacionalmente, com crianças e adolescentes em situação de rua, reconhece o

desafio que o trabalho com a família representa e sua importância na reconstrução dos vínculos afetivos e o retorno familiar :

“Estamos cientes de que o trabalho é a longo prazo, pois cada família caminha num processo diferenciado e existem relações complexas que necessitam de intervenções especializadas, aí porque a necessidade de articulações com universidades, instituições e pessoas interessadas em reforçar a equipe.

Antes mesmo da criação oficial da Fundação educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias e da implantação da Chácara, os educadores e demais membros da Fundação já tinham clareza de que o trabalho com crianças e adolescentes seria incompleto sem o trabalho com famílias, e tinham claro também que esse trabalho seria um compromisso de todos os membros da fundação e não só da equipe de Serviço Social (Miranda e Stoltz, 1999, p.86)

É fundamental que o Departamento da Criança e do Adolescente, que é entendido como “órgão executor das políticas da Secretaria Municipal de Criança, com o objetivo de cumprir o ECA, compreenda a amplitude do conceito de “Proteção Integral”, o qual percebe a criança e o adolescente em sua totalidade de sujeitos de direitos, aprofundando também, neste processo, a concepção do próprio departamento.

Isto exige também, uma reflexão maior sobre a concepção de educação, trabalho educativo e preparação para o trabalho, indicadas enquanto princípio educativo das unidades de abrigo.

As diretrizes da Secretaria Municipal da Criança, colocam a intencionalidade educativa enquanto princípio norteador, sendo que a mesma se efetiva através dos diversos aspectos do cotidiano: na organização da casa, sucesso na escola, relacionamento com os amigos, e assim por diante, destacando o trabalho como princípio educativo, desenvolvido nas unidades a partir das escalas realizadas pelos educandos nas tarefas rotineiras da casa. Para tanto, a unidade de abrigo, “precisa distribuir seu trabalho entre momentos difusos da vida cotidiana e situações estruturadas como reuniões, oficinas ou equivalentes”. Esta orientação, na prática mostra-se ampla, sendo interpretada segundo a formação dos profissionais que atuam nas unidades de abrigo, uma vez que o próprio departamento não vê a necessidade deste aprofundamento. A exigência em suprir as necessidades imediatas de bem estar, saúde e aproximar as unidades do ambiente familiar (necessidade mais presente nas unidades de nível I), resulta numa simplificação destas situações estruturadas, transformando por vezes, o processo educativo em uma prática espontaneista, na medida em que os educadores possuem formações diferenciadas e a ênfase dada ao

cotidiano, não está articulada com uma proposta metodológica que instrumentalize os educadores enquanto mediadores neste processo.

Quando o ECA, estabelece os princípios dos programas de abrigo, evidencia a concepção de um atendimento que preserve os laços familiares, respeite os valores culturais do educando, participação na comunidade, preparação gradativamente para o desligamento e o desenvolvimento de atividades de co-educação, entre outros. (art 92; IIV, VII, VIII, IX).

Pensando na especificidade de trabalho educativo, a unidade de abrigo passa a ser um referencial fundamental para a construção individual e coletiva destas crianças e adolescentes, portanto a intencionalidade educativa não deve ser algo disperso no cotidiano, uma vez que a principal característica da unidade é justamente seu caráter transitório. As experiências com o cotidiano não serão suficientes para garantir a estes educandos os referenciais teóricos necessários para a superação da condição em que se encontram.

“Um conhecimento para levar a ação deve ser carregado de significado (compreensão) e de afetividade (envolvimento emocional). Desta forma, entendemos que o trabalho com o conhecimento deve estar articulado com a realidade no sentido de sua transformação. É certo que nem todo conhecimento permite uma articulação prática imediata, mas é importante que, mesmo através de mediações, seja garantido seu vínculo com a transformação da realidade” (Vasconcellos, 1995, p. 100).

Neste sentido, a presença de um profissional especialista em educação, torna-se imprescindível, para que realize a articulação entre o conteúdo e a prática social, fazendo com que o trabalho educativo se efetive, a partir de uma concepção teórico-metodológica de Educação. Caberá ainda ao pedagogo, orientar, subsidiar os educadores e demais profissionais, buscando a construção coletiva, incluindo os educandos, de um Projeto Político Pedagógico na unidade de abrigo, considerando suas especificidades.

A prática social, o cotidiano, devem constituir-se no ponto de partida, que mediados pelo educador, deverão levar o educando à construção de um conhecimento significativo que o instrumentalize enquanto sujeito neste processo, pois “a educação se coloca justamente nesta tarefa de assimilação, de educação das consciências, sendo

uma mediação com relação do processo de transformação objetiva da realidade” (Vasconcellos, 1995, p.100).

As crianças e adolescentes das Unidades de Abrigo de nível I, com idade entre 7 a 14 anos, todas apresentam defasagem idade-série, demonstrando dificuldades no processo formal de ensino, que resultam em sucessivas reprovações e evasão escolar; dos adolescentes que são atendidos na unidade de nível II (Republica), 91,3% chegarão a maioria sem concluírem a Educação Básica, quando muito concluindo o Ensino Fundamental. Este quadro revela a necessidade de um grau de intervenção mais significativo no processo educacional. Embora seja a Escola o espaço privilegiado para que o processo ensino aprendizagem ocorra, a Unidade de Abrigo deverá estar organizada para que a educação aconteça de forma mais sistematizada. Neste sentido, o espaço físico e os momentos mais estruturados, constitui-se em fator relevantes neste processo: salas apropriadas para as oficinas, salas de estudo, biblioteca minimamente equipadas, favoreceriam a construção de um ambiente educativo e a construção de novos vínculos com o próprio ambiente escolar. No entanto, as estruturas funcionais destas unidades de abrigo, sem a presença do pedagogo, permanecerão inviabilizadas no seu princípio educativo, centrando-se o eixo equivocadamente no serviço social, resultando numa “pseudo-autonomia” do educando ao final do processo.

Portanto, a figura do pedagogo como componente da equipe técnica, articulada a uma reestruturação curricular no programa de Unidades de Abrigo é uma das condições para que os objetivos do programa de permanência breve e continuada da SMCR se efetivem.

No processo educativo, tanto na escola como na casa, a disciplina enquanto “carência de limites”, aparece como questão importante para o enfrentamento. Na escola esta questão é mais presente e se manifesta nas sucessivas reclamações da mesma, de que os educandos dos abrigos não cumprem as regras, “não se adaptam”. No entanto a “indisciplina”, não parece ser uma prerrogativa dos educandos da “casa”, esta é uma questão que tem ocupado recentemente espaço considerável em seminários, cursos, reuniões de pais e professores. O fato do educando estar na unidade de abrigo,

apenas potencializa o problema, uma vez que a escola, não tendo a família como ponto de referencia, recorre ao diretor (a) da unidade, que não cuida de um educando em particular, mas têm a responsabilidade de dar conta de todos os educandos abrigados, com diferentes particularidades tanto de atendimento quanto de histórico pessoal. Particularidades estas, muitas vezes geradoras “da indisciplina”, que são trazidas para o ambiente escolar, e a escola de modo geral não está preparada:

“Um dos dificultadores do enfrentamento da problemática disciplinar é que o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente. De modo geral, está marcado pela concepção idealista: tem uma série de idéias bonitas sobre disciplina, mas não sabe por que não as consegue colocar em prática. Para isto concorrem a falta de análise dos determinantes, a falta de clareza de objetivos, a falta de mediações concretas, bem como a falta de interações entre estas três dimensões básicas.” (Vasconcellos, 1995, p. 17) .

Para Vasconcelos, é preciso romper com o conceito de disciplina associada á obediência, a escola não é o espaço para “medir forças, nem estatutos, nem ver quem pode mais”. Mas também não é uma prática espontaneista, que “aparentemente respeita a natureza da criança e na verdade é, para ela, um abandono completo nas mãos do autoritarismo do ambiente” (Vasconcellos, 1995, p.31). A escola é um espaço privilegiado para a “a organização do trabalho coletivo em sala de aula, para se realizar a construção do conhecimento, a educação” (Vasconcellos, 1995, p.39). Neste sentido a disciplina deve ser resultante de um processo consciente e interativo “marcado pela participação, respeito, responsabilidade e formação do caráter e da cidadania”. Isto significa romper também com disciplina do “não pode”, arbitrária, que nas Unidades de Abrigo estão presentes, a partir dos relatos dos educandos : “regras rígidas, difícil de cumprir”; “apesar das berrações (gritos) de alguns educadores”; “um educador que é chato e dá soco atrás da gente”. É preciso, sim de limites construídos coletivamente, garantindo a organização coerente do grupo:

“Esta moral que consagra o que não deve fazer. Chamo a isto de disciplina da obtenção ou inibição. Considero que a disciplina na coletividade infantil deve ter um caráter: o impulso de avançar. Esta é a disciplina da vitória, disciplina da superação.(...) podemos nos orgulhar da disciplina que chama adiante, que exige algo do homem, algo maior que a inibição” (Makarenko, p 176; in Vasconcelos, 1995, p.41).

Esta é uma construção imprescindível para a formação destes educandos, considerando os desafios presentes em sua história de vida. A questão da construção coletiva da disciplina, deverá ser um desafio e objetivo, tanto da Unidade de Abrigo, quanto da Escola. Esta por sua vez, não pode de modo algum desconsiderar a especificidade e história particular destes alunos. A escola, precisará buscar no cotidiano com os professores, funcionários e equipe pedagógica as mediações necessárias para a superação das dificuldades de aprendizagem e relacionamentos destas crianças e adolescentes, articulando-se também com as unidades de abrigo.

Para estes educandos, a educação enquanto direito, significa criar condições concretas para que ela se realize, quanto a esta questão Pablo Gentile, nos faz lembrar que direitos, não podem resumir-se em retórica ou “atributo do qual goza uma minoria”:

“A educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de cidadania fica reduzida a uma mera formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a materialização de tal direito. Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os assegurem é um pouco menos que um exercício de cinismo. Quando um “direito” é apenas um atributo do qual goza uma minoria (tal é o caso, em nossos países latino-americanos, da educação, saúde, da seguridade, da vida, etc), a palavra mais correta para designá-lo é privilégio” (Gentilli, 1998, p.248).

A garantia deste direito, implica em políticas públicas articuladas, e que o Estado assuma a responsabilidade que lhe cabe, não se pode deixar que o “problema” seja remetido ora para a “casa”, ora para a “escola”, ora para o “próprio educando”, criando um círculo de culpabilização que inviabiliza a construção de alternativas e a organização consciente para a mudança necessária.

Além de explicitar pressupostos do processo educacional, o ECA, explicita no art. 68 a concepção de trabalho educativo, que deverá permear as entidades governamentais e não-governamentais, que desenvolvam programas nesta área: “entende-se por trabalho educativo a atividade laborial em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo”. O trabalho enquanto princípio educativo, é um eixo importante no trabalho desenvolvido com estes educandos. Cabe, porém ao departamento responsável aprofundar este tema, articulando concepção, metodologia e

conteúdo. Pois, na prática, o trabalho enquanto princípio educativo tem se restringido às interpretações de cada unidade, o que resulta numa simplificação deste conceito através das atividades de rotina da casa como: limpeza do refeitório, arrumação dos quartos, limpeza dos banheiros, entre outras, além de fragmentar as abordagens das unidades como um todo, individualizando sua organicidade. Para os educandos as chamadas “escalas”, acabam se transformando em “obrigações” rotineiras, que precisam ser cumpridas, sob a pena de perderem passeios (nível I), ou sofrerem restrições (nível II). Assim o trabalho perde seu caráter educativo e socialmente necessário.

Pistrak, ao desenvolver os “fundamentos da escola do trabalho”, reconhece que “o trabalho doméstico permite adquirir uma série de bons hábitos (...) mas desde que estas tarefas sejam analisadas do ponto de vista de seu valor social” (Pistrak, 2000, p.53). Este trabalho não basta, segundo Pistrak, é preciso avançar para formas mais elaboradas tendo como base desenvolver um estudo significativo da realidade, buscando a auto-organização como base do processo pedagógico:

“O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica”.(Pistrak, 2000, p.38).

Para isto, é necessária uma profunda articulação entre teoria e prática. Este processo implica em domínio dos fundamentos das concepções pedagógicas, dos objetivos, conteúdos e o conhecimento da realidade atual e especialmente o conhecimento da realidade dos educandos. Assim, as oficinas dentro das unidades de abrigo, também deverão ter uma função social clara para os educandos, caso contrário transformam-se em cumprimento de normas obrigatórias, sem aproveitamento significativo (como tem sido o caso da oficina de reforço escolar, onde segundo a escola onde os educandos da casa de passagem, nível I estudam, 90% das tarefas para casa não são realizadas) ou simples opção de atividades que os educandos podem ou não participar. Dar significado educativo às oficinas pressupõe, que estas tenham uma função social para os educandos, considerando também as exigências do contexto atual, mas acima de tudo respeitando as necessidades da “condição peculiar da criança

e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (ECA, art 6º) em que se encontram. Neste sentido é importante que se possibilite o acesso a produção do saber estético, cultural e científico. Para isto, espaços privilegiados à expressão artística, como música, teatro e artes plásticas, literatura, bem como acesso a novas tecnologias, são importantes instrumentos para o processo educativo nas unidades de abrigo. Apesar de vivermos na “era da informatização”, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, ter o acesso à informática como um projeto social, com a informatização dos Faróis do Saber, as unidades pesquisadas não possuem computadores a disposição dos educandos, quer como instrumento de preparação para o trabalho, quer como instrumento necessário para o cumprimento de atividades essenciais, como pesquisa ou realização dos trabalhos escolares. Em contrapartida esta é uma exigência atual inegável, ao perguntar das expectativas dos educandos, uma das respostas foi justamente: “Aprender informática. Assim sempre terei onde trabalhar”.

É importante destacar o comprometimento dos profissionais que atuam nestas unidades, especialmente o esforço sincero das Direções das unidades, objetos deste estudo. Duas experiências recentes das unidades de abrigo merecem destaques: A unidade de nível I, vem realizando reuniões semanalmente, onde participam equipe de direção, assistente social, educadores e educandos. Estas reuniões surgiram como uma necessidade da casa para normatizar condutas e resolver os conflitos, a partir da discussão são estabelecidas normas a partir dos problemas colocados em pauta. Esta experiência é recente (3 meses). É uma iniciativa que se pensada a partir do pressuposto da construção da autonomia e auto-organização dos educandos, com a necessária mediação da equipe técnica, incluindo o pedagogo, pode avançar para além de normatização de condutas, possibilitando a reflexão coletiva da organização da casa e a construção coletiva de alternativas. (se pensarmos no caráter provisório desta unidade, isto pode parecer inviável, no entanto, existem educandos que permanecem de 6 meses até 3 anos).

A unidade de nível II, implantou a partir de março/2002, o projeto monitoria, com dois monitores (um eleito pelo grupo, outro escolhido pelos monitores), que realizam atividades como co-educadores. A cada 15 dias, há uma reunião onde o grupo

avalia o trabalho desempenhado e são eleitos novos monitores, no entanto permanece a necessidade do pedagogo dentro da equipe, sob pena das questões pedagógicas ficarem minimizadas na ótica do senso comum. Existe uma banda, que faz do trabalho artístico musical, meio de geração de renda. Nesta unidade o tema da oficina :gerenciando o futuro deste mês será o trabalho nas suas diferentes manifestações e funções. Este direcionamento tem sido dado principalmente pela nova direção.

A relação teoria e prática, articulada com uma concepção de educação é um desafio que não requer apenas compromisso e boa vontade das unidades de abrigo, exige uma política de inclusão voltada para a transformação, caso contrário pode perder-se em ações isoladas. Isto é tão necessário e presente na realidade das Unidades de Abrigos, que estas têm buscado formas de aproximar este trabalho educativo, sendo que muitas vezes precisam estar “apagando fogo”, resolvendo as emergências postas por este modelo de abrigamento. Na Unidade de nível I, que recebe crianças e adolescentes com necessidades especiais de tratamento médico e de drogadição, o trabalho dos educadores acaba se voltando muito mais para este tipo de atendimento, e nas longas horas nas filas de marcação de consultas nas unidades de saúde.

Esta concentração de ações em um único projeto, sem uma rede efetiva de amparo e acompanhamento à família, estrutura física e de apoio (convenio especial de saúde) nas unidades, a articulação com outras políticas públicas, acaba por simplificar o conceito de “Proteção Integral”, superficializando algumas ações, pulverizando o atendimento em inúmeros projetos, cuja implementação acaba resultando em ações assistencialistas.

O Departamento por sua vez, ao se colocar apenas como órgão executor, desprovido de uma concepção pedagógica teórico-metodológica assumida, revela a concepção que permeia as políticas públicas do próprio município, que tem se caracterizado de modo geral, pelo modelo neo-liberal, com ênfase na terceirização, descentralização e parcerias. Só para se ter uma idéia das 56 unidades de abrigo existentes, apenas 7 unidades são oficiais.

Segundo Gentili: “Esta pulverização de ONGs tem um duplo efeito perverso: ofusca e compromete as tradicionais ONGs que têm, efetivamente, um trabalho social

comprovado e passam a falsa idéia que se constituem em alternativa democrática e eficiente do Estado.” (Gentili, 1998, p. 88).

Este posicionamento permeia os projetos desenvolvidos de modo geral, os quais chamam a comunidade enquanto parceira, jogando também para ela, a responsabilidade pela supressão de seus direitos, isto se estende para a “culpabilização” do próprio indivíduo pela situação em que se encontra, sendo portanto, ele, o responsável pela solução. Neste sentido, ao se isentar o Estado, se perde a concepção da cidadania do direito, dando lugar, para a “cidadania concedida”, isto altera a relação Sociedade – Estado quando se trata da efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e especialmente da criança e do adolescente.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente, representa para a sociedade brasileira um salto de qualidade e responsabilidade social do ponto de vista legal. Sistematiza juridicamente, reivindicações resultantes das lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais e sociedade civil organizada, incorporando conceitos que avançam na superação de estereótipos construídos historicamente e reforçados no antigo código de menores, que tem como base a “situação irregular do menor de conduta anti-social”, segundo Miranda:

“O ECA, contrariamente à esta posição restritiva de situação irregular, avança em termos conceituais pois se fundamenta na Doutrina de Proteção Integral defendida pela ONU, com base na declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma: o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude como portadores da continuidade de seu povo e de sua espécie, e o reconhecimento de sua vulnerabilidade, o que os torna merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual poderá atuar através de políticas específicas de proteção e de defesa dos direitos”. (Miranda, 2002, p.11).

Neste sentido, avança na concepção da cidadania enquanto direito, entendendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, situando a responsabilidade da família, da sociedade e do Poder Público na garantia dos mesmos: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade”(ECA, 1990, art. 3º).

Explicita os direitos fundamentais: à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho; assegurando prioridade absoluta a efetivação de tais direitos, considerando “a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (ECA, 1990, art. 6º).

Para isso, responsabiliza o conjunto da sociedade, incluindo o Poder Público, prevê a formulação de políticas públicas de proteção e prevenção.

Neste sentido, o programa de abrigo da SMCR, sob a coordenação direta do Departamento da Criança e Adolescente, caracteriza-se como medida de proteção estabelecida no art. 106 do ECA., possui uma organização articulada com a FAS (Fundação da Ação Social), SOS-Criança e conselhos tutelares, e segundo a Secretaria têm como pressuposto a “doutrina da Proteção Integral”. Este programa, é estabelecido no ECA enquanto medida excepcional e transitória. Como tal, necessita de uma rede de atendimento que realize um trabalho efetivo com a família, pois a construção de novos vínculos, deve necessariamente ser um trabalho que articule unidade de abrigo-educando-família, não só com orientações e encaminhamentos, mas condições reais, incluindo quando necessário, oportunidades de trabalho e geração de renda.

Não existem no programa de abrigo, unidades que atendam exclusivamente às especificidades do histórico pessoal das crianças e adolescentes em situação de rua. Os educandos que estão no abrigo e nunca estiveram em situação de rua ou contato com drogas, convivem e se inserem no cotidiano da casa. Isto dificulta o atendimento personalizado previsto no ECA e do ponto de vista educativo não traz benefícios para a criança em situação de negligência ou risco que está na Unidade. Esta especificidade deve ser considerada do ponto de vista legal, pedagógico, social e psicológico.

É importante destacar, a necessidade do departamento aprofundar a discussão na perspectiva de opção por uma concepção educativa que venha a subsidiar as práticas cotidianas das unidades de abrigo, instrumentalizando teórica e metodologicamente os profissionais que atuam diretamente com os educandos, revendo também a estrutura física destas Unidades. A intencionalidade educativa necessita de uma sistematização que implica a organização de um currículo mínimo, articulando concepção-conteúdo-metodologia. O pensar ou repensar tais conteúdos, pressupõe uma reflexão sobre a função da própria instituição: que condições precisam ser criadas para que efetivamente ela cumpra a função de transitoriedade? Que ações precisam ser desenvolvidas para que o trabalho realizado nas unidades seja de

qualidade e efetive o conceito de Proteção Integral? Neste processo qual a responsabilidade do poder público? Estas são questões que devem estar na pauta de uma reflexão coletiva, envolvendo SMCR, o Departamento da criança e Adolescente, equipes de direção, educadores, conselhos municipal e tutelar, entre outros.

Constata-se (isto parece ser consenso entre os entrevistados), que o caráter de provisoriedade ou passageiro está mais ligado à idade convencional para que as crianças e adolescentes possam permanecer nas Unidades. Diante deste fato há necessidade de repensar este modelo e seus objetivos. No caso das unidades de nível I, a provisoriedade é marcada pelas idas e vindas dos educandos que se alternam entre a rua e a casa de passagem. São passageiros permanentes, passam de uma unidade para outra, ou para a rua – a maioria não retorna ao lar - seja pela falta de condições da família ou por “opção” dos adolescentes. É importante considerar que esta “opção”, é resultante do contexto em que estão inseridos, representa na verdade a “falta de opção”, seja pela impossibilidade do retorno à família ou por que a rua continua sendo, ainda “o melhor lugar” para estar e, neste caso representa o fracasso deste modelo no que se refere à “propiciar a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade” (SMCR, 2000, p. 19). Este é um referencial importante para a avaliação da “eficácia” dos programas desenvolvidos com crianças e adolescentes em situação de rua pela SMCR de Curitiba.

Na unidade de nível II, são passageiros/moradores, que se reconhecem beneficiados pelo “acolhimento” e esperam a maioria para “viver a própria vida, casar e ter filhos”: “Lá fora a vida é bem mais difícil, lá não tem ninguém que te ajuda, é só você e Deus, ou você se vira sozinho ou se ferra. Já tenho muitos exemplos disso, vários colegas que saíram e se deram mal, colegas que hoje estão prestes a morar embaixo da ponte. Minha expectativa é casar, ter filhos e se Deus quiser ser um homem feliz” (Depoimento: educando da República)

A doutrina da Proteção Integral, baseada na declaração dos direitos da criança e do adolescente, tem como objetivo final a formação de indivíduos capazes de lidar com o mundo que os cerca enquanto agentes deste processo, do exercício consciente de sua historicidade e cidadania, com direito ao amor, diversão, arte e felicidade.

Portanto, a doutrina de Proteção Integral da criança e do adolescente, não pode ser pensada isoladamente por uma secretaria, deve constituir-se enquanto programa de governo, articulada com as demais políticas públicas. Isto significa que, a doutrina do “Estado Mínimo”, é incompatível com o conceito de Proteção Integral estabelecido no ECA. Pois, segundo Frigoto, Estado Mínimo significa a “necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como direito a estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser comprado e regido pela férrea lógica das leis do mercado. Na realidade a idéia de Estado Mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital”. (Frigoto, in Gentili, 1998, p.84) .

Por isso o forte apelo às terceirizações, parcerias e transferência da função do estado para as ONGs. Assim, mesmo quando propagadas políticas públicas, sob a ótica do Estado Mínimo, estas são isoladas e não alteram estruturalmente as relações de desigualdade e o caráter excludente do próprio Estado e da sociedade mais ampla.

Portanto ao adotar a doutrina da “Proteção Integral”, o Município, Estado ou União deverão buscar condições para o enfrentamento de problemas que são estruturais como: distribuição de renda, reforma agrária, analfabetismo, trabalho/emprego, entre outros. Caso contrário os programas desenvolvidos, serão apenas compensatórios e assistencialistas, transformando crianças e adolescentes em “passageiros” permanentes destas instituições.

## 9. CONCLUSÃO

Neste breve percurso encetado pelo presente estudo para compreender as políticas públicas de atendimento a criança e ao adolescente em situação de rua em Curitiba, se descobre o quanto ainda precisa ser feito nesta área.

As crianças e adolescentes atendidos nos programas oficiais representam uma parcela muito pequena desta população carente de cidadania. Os atendimentos são realizados, em sua maioria, por instituições conveniadas, uma vez que a política desenvolvida pela SMCR está permeada pela defesa das parcerias e descentralização.

Ao escolher as casas de passagem, o objetivo foi compreender as Políticas Públicas de Atendimento a Crianças e Adolescentes em situação de rua e seu pressupostos políticos pedagógicos. Neste estudo deparei-me com muitos projetos e programas dispersos para todos, nenhum especialmente realizado só para crianças e adolescentes em situação de rua. Os programas oficiais de abrigo da SMCR são destinados tanto para situação de rua, quanto para situação de risco ou negligência familiar. As unidades de nível I (casas de passagem) , denominadas também de permanência breve, recebem na maioria crianças e adolescentes em situação de rua, mas não só. Existem na dinâmica destas unidades sucessivas evasões e retornos, mas um dado é particularmente relevante para uma investigação mais aprofundada: o retorno familiar nem sempre acontece e a unidade de nível II, recebe na maioria transferência de instituições não governamentais, portanto, por onde andam os educandos que já passaram pela casas de passagens?

Esta generalização do atendimento nas unidades de abrigo, cria uma idéia de “proteção integral” que não se efetiva e por vezes é prejudicial para os educandos. Pois quando se pensa em uma estrutura de caráter “excepcional e transitório”, a organização estrutural e pedagógica deve ser concebida a partir desta premissa e da população a qual se destina.

O atendimento que seria de “passagem” se perde nas sucessivas evasões e retornos, ou permanências prolongadas, assim como a estrutura e organização de “transitoriedade”, impossibilitam um trabalho mais sistematizado que priorize o

indivíduo em sua totalidade, construindo novos referenciais para o relacionamento familiar e comunitário. Isto gera uma contradição na proposta da SMCR que distancia teoria e prática.

A especificidade do atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, exige que se considere a história pessoal destes meninos, as necessidades educacionais, de saúde, de resignificação dos vínculos afetivos, a construção da autonomia considerando a prática social desses sujeitos, o que implica uma “certa cumplicidade”, para a construção de pertencimento, entre outras. Assim, o caráter excepcional e transitório deverá ter necessariamente outra dimensão. Portanto a intervenção pedagógica, o vínculo com os educandos, a rede de atendimento emergencial e continuada, o trabalho com a família, deverão ser pensados considerando a especificidade deste atendimento.

A reflexão sobre o “caráter excepcional e transitório” e a especificidade da população atendida nestas unidades, constitui-se numa questão central para definição da organização, conteúdo e metodologia, que deverá permear o trabalho educativo nas unidades de abrigo.

É importante ressaltar, o esforço legítimo e o compromisso dos profissionais que atuam nas unidades de abrigo. Mas dedicação e boa vontade não bastam, precisam de condições efetivas, o que implica em estrutura física-material e formação específica, bem como a equipe ampliada com a participação do pedagogo. Os educadores necessitam de instrumentos teórico-metodológicos, para ir além da intencionalidade. Instrumentos que lhes permitam, enquanto mediadores no processo, pensar o trabalho educativo, articulando objetivos-conteúdos e metodologia para que a educação aconteça.

A contradição entre teoria e prática não se apresenta de forma particular nas unidades de abrigo. É uma contradição posta pela lógica de políticas públicas implantadas pela administração municipal. Esta lógica define atuação do Departamento da Criança e Adolescente enquanto órgão executor, os recursos humanos, a capacitação, o investimento e as características das parcerias (marcadas

pelo assistencialismo, como doação de alimentos, entradas para cinema, restaurantes...).

O Departamento da Criança e Adolescente, deveria prioritariamente realizar um exercício de análise da realidade, avaliando os limites e possibilidades de seus programas, reestruturando sua intervenção a partir destes dados. Esta reflexão deve constitui-se num esforço sincero e comprometido com a efetivação dos direitos fundamentais explicitados no ECA e a doutrina de Proteção Integral. Neste sentido, não basta uma discussão fechada, só com os profissionais da rede, onde prevaleça a diretriz da SMCR. Neste processo é fundamental convocar a sociedade civil organizada, através dos conselhos específicos, movimentos sociais que atuam na área, os profissionais envolvidos, utilizando-se da academia como um dos instrumentos para a mediação necessária entre teoria e prática.

O presente estudo, possibilitou uma visão ampla de como a sociedade e particularmente a Cidade de Curitiba – “Capital Social” vem cuidando de suas crianças, mas representa também um esforço em buscar, a partir da reflexão acadêmica, instrumentos que contribuam para a superação desta realidade. Este estudo não se esgota nas análises e questões aqui explicitadas, nos remete a novas indagações e a intervenções enquanto cidadãos, que extrapolam o espaço da universidade, dado a exigência social deste tema e a impossibilidade de permanecermos neutros.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens das classes populares**. Publicações – Cidadania, Verso e Reverso, 2002 – <http://www.justica.sp.gov.br/vrev>

ALVIM, Rosilene B. e VALLADARES, Lúcia P. **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura**. BIB. Rio de Janeiro, 1988 .

AZEVEDO, José Clóvis de. **Educação e neoliberalismo**. Revista Paixão de Aprender. Séc. municipal de porto Alegre. Dezembro/ 1995 .

BRASIL, ECA: **Estatuto da criança e do adolescente** – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

CAPRILES, René \_Makarenko: **O nascimento da pedagogia socialista**. Editora Scipione, 1989

CIRANDA – **Central de notícias dos direitos da infância e da adolescência** . Jornal do Estado – PR, p.a8, 21/3 – Luciana Lewis

CONANDA – **IV Conferência dos direitos da criança e do adolescente: diretrizes nacionais para política de atenção integral a infância e à adolescência**. Brasília, outubro de 2002 .

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. Editora Ática- 17ª edição, São Paulo- SP, 1999.

DREXEL, John/ IANNONE, Leila R. **Criança e miséria: vida ou morte?** São Paulo: Moderna, 1989.

EARTHLINK. **A pobreza do Brasil**. Geografia Humana e Contemporânea. <http://www.earthlink.hpg.ig.com.br/2002/08>

FERREIRA, Maria Fisher. **Meninos da rua : valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo, Comissão Justiça e Paz/CEDEC.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 13ª edição.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 2ª edição. Editora Cortez – São Paulo, 1996.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação.** Editora Vozes. 4ª Edição. Petrópolis-RJ - 1998.

GREGORI, Maria Filomena. **Experiência de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LONDOÑO, Fernando. **A Origem do conceito de menor.** 1991, in GREGORI, Maria Filomena. **Experiência de Meninos nas Ruas,**São Paulo - Companhia das Letras, 2000.

LUDKE, Menga e ENDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** – São Paulo:EPU,1986.

MIRANDA, Sonia Guariza e STOLZ, Tania . **A vida na rua & a rua na vida.** Curitiba, Posigraf Editora, 1999.

MIRANDA, Sônia Guariza. **Estatuto da criança e do adolescente – como superar o distanciamento entre o legal e o real?** – Curitiba, Revista Chão da Escola, SISMMAC-Sindicato dos Servidores Municipais do magistério de Curitiba, abril de 2002, p.11-15.

PASSETI, Edson . **O que é menor**, 3ª edição, editora brasiliense, 1987.

PIRES, Cecília. **A violência no Brasil.** Editora Moderna, 1985 (Coleção Polemica)

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Editora Expressão popular, São Paulo- SP, 2000.

REVISTA VEJA – 23 de janeiro, 2002 – dados do IPEA, FGV e IBGE.  
<http://www.andi.org.br/numeros/numeros.html>

SMCR, Secretaria Municipal da Criança. **Procedimentos e organização do atendimento nas unidades de Abrigo.** Curitiba: 2000

UNICEF,Fundo das Nações Unidas para a Infância. **A Infância brasileira nos anos 90.** Brasília, DF-UNICEF, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 1995. (Cadernos Pedagógicos ).

\_\_\_\_\_. **Construção da disciplina consciente em sala de aula e escola.** São Paulo: Libertad, 1995 (Cadernos Pedagógicos).

VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. **O Dilema do decente malandro.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. Coleção Teoria e Práticas Sociais.

WEBER, Lília Natalia Dobrianski. **Filhos da Solidão: institucionalização, abandono e adoção.** – Curitiba: Governo do Estado do Pr, 1996.

## **ANEXOS**

## **LISTA DOS ANEXOS**

1. Roteiro de Entrevista: Gerencia do Departamento da Criança – SMCR
2. Roteiro de Entrevista: Direção das Unidades de Abrigo
3. Questionário: Direção/Vice-Direção/Assistente Social–Unidades de Abrigo de Nível I.
4. Questionário: Educadores das Unidades de Abrigo de Nível I .
5. Questionário: Educadores da República
6. Roteiro de Entrevista/Questionário: Educandos da Unidade de Abrigo de Nível I
7. Roteiro de Entrevista/ Questionário: Educandos da República
8. Quadro Demonstrativo das Atribuições da Equipe que Atua nas Unidades de Abrigo – SMCR
9. Ficha de Retorno
10. Ficha de Cadastro.
11. Listagem de Pertences
12. Modelo de Ofício para Informações ao Conselho Tutelar
13. Entrevista Inicial no Serviço Social
14. Ficha Médica
15. Acompanhamento Familiar
16. Escala Diária dos Educandos
17. Acompanhamento Pedagógico
18. Planejamento
19. Quadro de Restrições – Unidade de Abrigo de Nível II/ República
20. Material de Divulgação da SMCR

ANEXO 01 – Roteiro de Entrevista Semi - estruturada: Gerencia do Departamento da  
Criança e do Adolescente

1. Qual a função do Departamento ?
2. Quais são as diretrizes e Pressupostos ?
3. Como está organizado o Departamento?
4. Quais os investimentos do Poder Público Municipal nos programas que este Departamento gerencia?
5. Como são realizados os programas de capacitação/atualização de pessoal ? Quem coordena e quais os pressupostos ?
6. Como se realiza a contratação de pessoal, quais as exigências mínimas de formação para o atendimento nas unidades de abrigo?
7. Quais as principais alterações da nova Portaria Municipal sobre a função do educador? O que muda na prática? Quais os mecanismos que o departamento está utilizando para implementa-las?

## ANEXO 02 – Roteiro De Entrevista Semi-estruturada : Direção das Unidades de Abrigo

1. Formação:
2. Vínculo Empregatício:
3. Caracterização das crianças e adolescentes abrigados (origem, idade, tempo na instituição, relação com a família).
4. Caracterização dos funcionários (formação, vínculo, horário, relacionamentos..).
5. qual a função da casa
6. Como percebe o trabalho educativo na função que desempenha?
7. Qual a rotina da casa ?
8. Que proposta pedagógica permeia o trabalho educativo na unidade de abrigo?
9. Quais as orientações da SMCR para o atendimento na unidade de abrigo?
10. Existem cursos de capacitação para educadores ? Quem promove? Qual a frequência ?
11. Como são os relacionamentos na Unidade De Abrigo; educandos/educandos/ funcionários/direção/família?
12. A casa mantém parcerias ou convênios com outras instituições ou empresas privadas? Quais os resultados dessas parcerias?
13. Como se dá o processo para retorno familiar das crianças e adolescentes da unidade de Abrigo?

ANEXO 03 - Questionário Direção/Vice Direção/Assistente Social das Unidades de  
Abrigo de Nível I

Universidade Federal do Paraná – Pós-graduação em Organização do Trabalho Pedagógico

1. Nome (opcional)
2. Formação :                      Função:
3. Há quanto tempo trabalha na casa?
4. Você já participou de quantos cursos de formação específica para o trabalho que desempenha? Que órgão promoveu?
5. Que atividades desempenha?
6. Quando e como realiza o planejamento das atividades?
7. O que você considera importante no trabalho com as crianças e adolescentes da casa?
8. Como é o relacionamento:
9. Direção(vice- direção;ou assistente social)/moradores:
10. moradores/moradores
11. casa/ família
12. Qual a função do trabalho educativo que desempenha?
13. Quais os pressupostos que orientam sua prática no cotidiano da casa?
14. Em sua opinião qual é a função social da casa?
15. Qual é a proposta pedagógica que permeia o trabalho desenvolvido na casa?
16. Em sua opinião quais as principais dificuldades em relação ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua?
17. Como você vê a situação das crianças que são atendidas nas unidades de abrigo? Qual a responsabilidade da família? Qual a responsabilidade do Estado

ANEXO 04 - QUESTIONÁRIO/ ENTREVISTA EDUCADORES DA UNIDADE DE ABRIGO  
DE NÍVEL I

Universidade Federal do Paraná – Pós-graduação em Organização do Trabalho Pedagógico  
Nome (opcional)-Educador(a)

1. Formação                      Função
2. Há quanto tempo trabalha na casa?
3. Você já participou de quantos cursos de formação específica para o trabalho que desempenha? Que órgão promoveu?
4. Que atividades desempenha?
5. Quando e como realiza o planejamento das atividades?
6. O que você considera importante no trabalho com as crianças e adolescentes da casa?
7. Como é o relacionamento:
8. Educador/adolescentes: \_
9. Adolescentes/adolescentes:
10. *casa/ família*
11. Qual a função do trabalho educativo que desempenha?
12. Quais os pressupostos que orientam sua prática no cotidiano da casa?
13. Em sua opinião qual é a função social da casa?
14. Você participa das reuniões coletivas? Como são organizadas? Qual a importância dessas reuniões?
15. Qual é a proposta pedagógica que permeia o trabalho desenvolvido na casa?
16. Em sua opinião quais as principais dificuldades em relação ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua?
17. Como você vê a situação das crianças que são atendidas nas unidades de abrigo? Qual a responsabilidade da família? Qual a responsabilidade do Estado?

## **ANEXO 05 – ENTREVISTA /QUESTIONÁRIO COM OS EDUCADORES DA REPÚBLICA/ NÍVEL II**

Universidade Federal do Paraná – Pós-graduação em Organização do Trabalho Pedagógico

1. Nome (opcional)
2. Formação \_ Função
3. Há quanto tempo trabalha na casa?
4. Você já participou de quantos cursos de formação específica para o trabalho que desempenha? Que órgão promoveu?
5. Que atividades desempenha? Existe um planejamento prévio destas atividades?
6. Como é a organização da república? Existem reuniões para a organização do trabalho desenvolvido na unidade de abrigo?
7. Como é o relacionamento:
8. educadores/educandos:
9. educandos/educandos:
10. República/ família:
11. Qual a função do trabalho educativo que desempenha?
12. Quais os pressupostos que orientam sua prática no cotidiano da casa?
13. Em sua opinião qual é a função social da casa?
14. Qual é a proposta pedagógica que permeia o trabalho desenvolvido na casa?
15. Em sua opinião quais as principais dificuldades em relação ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua?
16. Como você vê a situação das crianças que são atendidas nas unidades de abrigo? Qual a responsabilidade da família? Qual a responsabilidade do Estado?
17. Considerações e comentários:

## ANEXO 06 – ENTREVISTA /QUESTIONÁRIO COM OS EDUCANDOS DA CASA DE PASSAGEM/ NÍVEL I

### Questionário semi-estruturado

#### Moradores –nível I

1. Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_
2. Há quanto tempo mora na casa?
3. Como chegou aqui?
4. Como é a sua vida na casa?(Que horas acorda, o que faz, quais as oficinas que participa)
5. Você tem tarefas na organização e limpeza da casa? Quais são?
6. Como você se sente em relação aos trabalhos da casa?
7. Participa de algum projeto fora da casa? Qual ?
8. Como é seu relacionamento com os educadores da casa?
9. Como é seu relacionamento com os colegas da casa?
10. Você mais gosta na casa? Porque?
11. O que você menos gosta na casa? Por que?
12. Você estuda? Indique a série e escola:
13. Você gosta da escola? Por que?
14. Como você se sente em relação a escola?
15. Qual seu relacionamento com sua família?
16. Você deseja voltar a morar com sua família? Por que?
17. O que você espera do futuro?

## ANEXO 07 – ENTREVISTA /QUESTIONÁRIO COM OS EDUCANDOS DA REPÚBLICA/ NÍVEL II

Universidade federal do Paraná – curso de especialização em OTP  
Moradores – unidade de nível II – República

1. Nome ( opcional)            Idade
2. Há quanto tempo mora na casa
3. Qual sua trajetória até aqui : o que fazia antes de morar na república, como chegou aqui, foi encaminhado por outras instituições..)
4. Já esteve em outras unidades de abrigo? Qual ? como foi sua experiência nessas instituições?
5. Como é a organização da república? Qual é sua participação e tarefas nesta organização?
6. Você estuda? (indique a série e sua opinião sobre a escola)
7. Trabalha fora ou exerce alguma atividade remunerada? Qual?
8. Participa de algum projeto fora da casa? Qual ?
9. Como é seu relacionamento com os colegas da casa?
10. Você tem contato com sua família? Como é o relacionamento? Pretende voltar a morar com sua família, por quê?
11. Quais as vantagens de se morar na república?
12. Em sua opinião quais as maiores dificuldades da vida na república? Por quê?
13. Qual sua opinião sobre as crianças e adolescentes em situação de rua?
14. Quais são as suas expectativas para o futuro? (Escreva no verso da folha uma mensagem ou opinião que gostaria de expressar)

## ANEXO 8 – QUADRO DEMONSTRATIVO DA EQUIPE QUE ATUA NAS UNIDADES DE ABRIGO

ÁREA	DIRETOR	VICE-DIRETOR	ASSISTENTE SOCIAL	EDUCADORES
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA COM EDUCANDOS	Coordenar o trabalho de todos os funcionários, orientando-os a aperfeiçoarem-se, através de encontros periódicos e organizados com toda a equipe.	Auxiliar os educadores a aperfeiçoarem-se em sua atuação, através de discussão periódica e organizada com toda a equipe.	Participar dos processos de reflexão e avaliação da ação educativa.	Promover a ação educativa na unidade, procurando aperfeiçoar-se e desenvolver-se, participando dos encontros periódicos em conjunto com a equipe.
	Pontuar aos educadores relações entre suas ações e o desenvolvimento dos educandos, propiciando a superação de dificuldades.	Apontar ao diretor as relações entre educadores e educandos, propiciando a solução de problemas.	Discutir com a direção as relações entre educandos e educadores, ponderando sobre o histórico social de cada educando.	Levar ao conhecimento da direção todas as situações de sua relação com os educandos, apontando os problemas e sugerindo soluções.
	Participar do processo de inserção dos educandos no mercado de trabalho.	Participar do processo de preparação e inserção dos educandos no mercado de trabalho.	Promover contato com o Programa Piá no Ofício e com empresas, possibilitando a inserção dos educandos no mercado formal de trabalho.	Acompanhar os educandos em seu local de trabalho, bem como nos espaços de formação profissional.
	Avaliar e retomar situações pertinentes à atividade profissional dos educandos.		Manter contato com empresas para acompanhar o desenvolvimento do educando no mercado de trabalho.	
	Supervisionar os encaminhamentos dos adolescentes ao mercado de trabalho.			
	Explicar aos educandos a dinâmica da unidade, valores sociais, éticos e morais, bem como as normas estabelecidas.	Pontuar aos educandos valores éticos, sociais e morais.	Pontuar aos educandos valores éticos, sociais e morais.	Integrar o educando na dinâmica do abrigo, esclarecendo quanto às relações sociais, valores éticos e morais.
	Propiciar espaços para organização da ação educativa, de modo que haja a participação efetiva de todos os funcionários da unidade.	Propiciar espaços para organização da ação educativa, de modo que haja a participação efetiva de todos os funcionários.	Utilizar os espaços sugeridos pela direção, avaliando sua praticidade e retornando o processo.	Utilizar os espaços sugeridos pela direção, avaliando sua praticidade e retornando o processo.
	Tomar conhecimento dos casos que ingressaram na unidade e acompanhar a continuidade do estudo social.	Auxiliar o diretor nas deliberações acerca do encaminhamento dos educandos e organizar o trabalho pedagógico sobre tais dados.	Fazer estudo social e acompanhamento de caso de todos os educandos, quando da sua entrada e permanência na unidade.	Recepcionar crianças e adolescentes, efetivando os registros e encaminhamentos necessários dentro da unidade.
	Inteirar-se dos serviços prestados na comunidade e da sua importância no processo educativo do abrigo.	Auxiliar a direção na interação com a comunidade.	Encaminhar educandos para atendimentos em outros órgãos prestadores de serviços públicos e privados oferecidos pela comunidade.	Acompanhar educandos para atendimento em outros órgãos prestadores de serviços públicos e privados, oportunizando atividades recreativas e ou culturais.

ÁREA	DIRETOR	VICE-DIRETOR	ASSISTENTE SOCIAL	EDUCADORES
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA COM EDUCANDOS	Manter contato com os profissionais da área de saúde, buscando maior troca de informações na evolução dos educandos.	Manter, em conjunto com a direção, contato com a rede de saúde.	Viabilizar os encaminhamentos na área de saúde, acompanhando os casos em atendimento.	Acompanhar crianças e adolescentes em atendimentos externos de saúde.  Viabilizar os atendimentos de rotina na área de saúde.
			Inteirar-se do Programa de Saúde Mental para efetivação dos encaminhamentos necessários.	Efetivar registros no formulário específico.  Marcar consultas.  Servir medicação, conforme indicação médica.
	Mediar conflitos internos.	Mediar, na ausência ou em conjunto com o diretor, as situações de conflito interno.	Mediar as relações de conflitos.	Mediar as situações de conflito entre os educandos de forma apaziguadora e eficaz.
	Orientar e subsidiar a execução da proposta pedagógica das unidades.	Organizar com os educadores a prática das atividades de rotina, dando seguimento à prática pedagógica.	Acompanhar e avaliar o processo de integração dos educandos nas atividades pedagógicas na unidade.	Acompanhar as crianças e os adolescentes em suas atividades de rotina e extras.
	Conhecer o histórico dos educandos e efetivar os encaminhamentos necessários.	Conhecer o histórico dos educandos e efetivar os encaminhamentos necessários.	Elaborar o relatório social, baseado na história do educando, em entrevistas e registros dos educadores.	Observar e registrar o processo evolutivo do educando, no abrigo.
	Propor, em conjunto com a equipe e com a Gerência de Abrigos, a reformulação de aspectos da proposta pedagógica de modo a adequá-la às características das unidades.	Definir com educadores, alternativas para ação educativa de modo a adequar as atividades aos objetivos e necessidades dos educandos.	Auxiliar, através de sugestões, no processo pedagógico do abrigo.	Incentivar o desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme planejamento, respeitando seus limites, interesses e valores individuais.
	Acompanhar a ação educativa nas oficinas, verificando planejamento, execução, avaliação e registro do trabalho realizado e da produção dos educandos.	Acompanhar a ação educativa nas oficinas, coordenando planejamento, execução, avaliação e registro do trabalho realizado e da produção dos educandos.	Analisar, com a direção da unidade, o aproveitamento demonstrado pelos educandos quanto à participação nas oficinas, sugerindo temas a serem abordados.	Planejar as atividades das oficinas, executando, avaliando e registrando o trabalho realizado e a produção dos educandos.  Revistar crianças e ou adolescentes, para verificar o porte de armas e drogas.
	Realizar o acompanhamento escolar sistemático de cada educando.	Realizar acompanhamento escolar sistemático.		Auxiliar no acompanhamento escolar.
	Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes, individual e coletivamente, nas unidades.	Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes, individual e coletivamente, nas unidades.	Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes, individual e coletivamente, nas unidades	Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes, individual e coletivamente, nas unidades.
Coordenar o encaminhamento dos educandos para cursos e treinamentos.	Encaminhar os educandos para cursos e treinamentos.	Analisar as possibilidades de cursos ofertados aos educandos, buscando a integração.	Acompanhar os educandos em cursos, passeios e eventos esportivos, culturais e ou recreativos.	

ÁREA	DIRETOR	VICE-DIRETOR	ASSISTENTE SOCIAL	EDUCADORES
<b>Trabalho com a comunidade</b>	Integrar a unidade com a comunidade, promovendo boas relações e possibilitando a socialização dos educandos.	Auxiliar na integração entre a unidade e a comunidade, promovendo boas relações e socializando os educandos.	Em conjunto com a equipe, explorar e utilizar os recursos comunitários, propondo atividades informativas, recreativas e ou culturais.	Em conjunto com a equipe, explorar e utilizar os recursos comunitários, propondo, organizando e acompanhando atividades informativas, recreativas e ou culturais.
<b>Trabalho com as famílias das crianças abrigadas nas unidades de Nível I</b>	Acompanhar o trabalho realizado pelo Serviço Social com as famílias.	Acompanhar o trabalho realizado pelo Serviço Social com as famílias.	Avaliar e promover condições para reintegração da criança/adolescente na família.  Acompanhamento sistemático das relações família/educando.	Acompanhar os educandos nas visitas domiciliares.
	Acompanhar o trabalho com o grupo de pais.	Acompanhar o trabalho com o grupo de pais.	Desenvolver trabalho educativo sistemático com o grupo de pais.  Realizar visitas domiciliares.	
<b>Trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados nas Unidades de Nível II</b>	Promover e acompanhar a reintegração da criança e do adolescente na família.			Acompanhar os educandos nas visitas domiciliares.
	Realizar visitas domiciliares.			Auxiliar a direção no desenvolvimento das visitas domiciliares.
	Desenvolver trabalho com grupos de pais.			

ÁREA	GUARDA MUNICIPAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ASSITENTE ADMINISTRATIVO	COZINHEIRA
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	Comunicar à direção da unidade qualquer ocorrência durante o plantão.	Comunicar à direção da unidade qualquer ocorrência durante o plantão.	Comunicar à direção da unidade qualquer ocorrência durante o plantão.	Comunicar à direção da unidade qualquer ocorrência durante o plantão.
	Participar de reuniões, treinamentos, cursos e assembleias, sempre que solicitado.	Participar de reuniões, treinamentos, cursos e assembleias, sempre que solicitado.	Participar de reuniões, treinamentos, cursos e assembleias, sempre que solicitado.	Participar de reuniões, treinamentos, cursos e assembleias, sempre que solicitado.
		Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção fornecidos pela SMCr.		Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção fornecidos pela SMCr.
	Executar a proteção interna e externa da unidade, verificando portas, janelas e portões, assegurando-se de que estão devidamente fechados.	Executar tarefas de limpeza nas dependências da unidade.		Responsabilizar-se pela conservação e higiene da cozinha, de acordo com as rotinas de higienização, bem como de utensílios e equipamentos, estoque de material e gêneros alimentícios, observando as características organolépticas (cor, odor, sabor e textura).
	Impedir a entrada sem autorização na unidade.			
		Controlar o consumo de materiais de limpeza, solicitando reposição, quando necessário.	Redigir documentos rotineiros e providenciar o seu encaminhamento.	Seguir o cardápio da nutricionista do DCA, utilizando de forma racional e adequada os gêneros alimentícios, criando e adaptando o cardápio, quando necessário.
		Verificar a qualidade dos materiais de higiene e limpeza, conferindo a validade.	Organizar, controlar e atualizar fichário e arquivos.	
		Lavar e organizar roupas pertencentes à unidade, efetuando pequenos consertos, quando necessário.	Receber e destinar correspondências e documentos, controlando sua movimentação.	Servir as refeições em horários preestabelecidos ou quando solicitado pela direção.
		Separar e acondicionar adequadamente o lixo.	Atender e realizar chamadas telefônicas, anotando e enviando recados.	-

ÁREA	GUARDA MUNICIPAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COZINHEIRA
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA COM OS EDUCANDOS	Manter postura educativa com abertura ao diálogo.	Manter postura educativa com abertura ao diálogo.	Manter postura educativa com abertura ao diálogo.	Manter postura educativa com abertura ao diálogo.
	Colaborar com a unidade na manutenção de um ambiente harmonioso, integrando-se com a equipe.	Colaborar com a unidade na manutenção de um ambiente harmonioso, integrando-se com a equipe.	Colaborar com a unidade na manutenção de um ambiente harmonioso, integrando-se com a equipe.	Colaborar com a unidade na manutenção de um ambiente harmonioso, integrando-se com a equipe.
	Revistar crianças e adolescentes, quando do ingresso na unidade, para verificação e retirada de armas e ou drogas.	Participar com a equipe do planejamento das atividades educativas quando envolverem sua função.	Participar com a equipe do planejamento das atividades educativas quando envolverem sua função.	Participar com a equipe do planejamento das atividades educativas quando envolverem sua função.
	Conter crianças e adolescentes em situação de conflito, agindo sem violência.			
		Orientar os educandos no desenvolvimento das atividades de limpeza e organização da unidade.		Orientar os educandos no desenvolvimento das atividades na cozinha.
			Orientar os educandos com relação à educação alimentar.	

# ANEXO 9



*Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DICA  
Gerência de Abrigos*

## **Ficha de Retorno**

Data de Retorno \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Cadastro nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Encaminhado por: \_\_\_\_\_

Motivo do Encaminhamento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Educador (nome legível) \_\_\_\_\_

# ANEXO 10



*Prefeitura Municipal de Coimbra  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DIC  
Gestão de Abuso*

*Unidade de Abuso*

## **Ficha de Cadastro**

<i>Responsável Imagem</i>	<i>Data</i>	<i>Horário</i>	<i>Cadastro nº</i>
<i>Desligamento</i>			

*DADOS:*

*Nome da Criança / Adolescente:*

*Sexo: [ ] Data de Nascimento:*

*Local:*

*Apelido:*

*Filiação: Pai:*

*Mãe:*

*Endereço: Rua:*

*nº Bairro:*

*Cidade:*

*Pontos de Referência:*

*Encaminhado:*

*Situação Escolar:*

*Nome da Escola:*

*Endereço da Escola:*

*Fone:*

*Orientadora:*

*Série:*

*Período:*

**SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA**

*Situação Profissional:*

*Empregador:* .....

*Local de Trabalho:* .....

*Fone:* ..... *Responsável:* .....

*Tipo de Trato* ..... *Período* .....

*Breve Histórico:* .....

.....

.....

<i>Data</i>	<i>Registro dos Dados Observados</i>

# ANEXO 11



*Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCSA  
Gerência de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Risco  
G.A. PROC. ARI - Abrigos*

## **Listagem de Pertences**

Eu, \_\_\_\_\_, ao ser abrigado na \_\_\_\_\_, trouxe comigo os seguintes pertences:

Quantidade	Especificação dos Pertences

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Ciente do Educando

Direção da Unidade

## ANEXO 12



*Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DICA  
Gestão de Abrigos*

### **Unidade de Abrigo:**

**Of. C.T. nº**

*Tem o presente a finalidade de informar que se encontra abrigado nesta*

*Unidade ..... o adolescente .....*

*nascido em ....., filho de .....*

*e de .....*

*residente na cidade de ..... UF*

*Rua:*

*nº ..... Bairro: .....*

*proximidades:*

**Atenciosamente,**

*Obs.: .....*

**Ao**

**Conselho Tutelar**

**Núcleo Regional: .....**

**Curitiba - PR**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA**

# ANEXO 13



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DICA  
Gestão de Abrigos

## Entrevista Inicial do Serviço Social

Cadastro Nº

Data / / Horário:

Nome:

Data de Nascimento:

Naturalidade: .....

Sexo: [ ] Apellido: .....

Encaminhado por:

Há quanto tempo está em

Curitiba?

Reside com os pais? ( ) Sim ( ) Não

( ) Onde?

Filiação: Pai: .....

Endereço: Rua: ..... nº .....

Bairro: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Pontos de Referência:

Profissão

Endereço do Trabalho:

Filiação: Mãe: .....

Endereço: Rua: ..... nº .....

Bairro: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Pontos de Referência: .....

Profissão: .....

Endereço do Trabalho: .....

*Composição Familiar:*

Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:
Nome:	idade:

*Membros da família que residem na casa:*

*Membros da família que residem na casa:*

*Mantém algum contato com a família.* .....

*Situação na rua: questionar com a criança ou com o adolescente como foi sua saída de casa:*

.....  
.....  
.....

*Há quanto tempo está em situação de rua?* .....

*Onde dorme atualmente?*

.....

*Desenvolve alguma atividade geradora de renda? ( ) Sim ( ) Não*

*Qual? .....* *Local: .....*

*Passagem por outras instituições e programas:*

*Qual? .....*

*Tempo de permanência? .....*

*Motivo da evasão? .....*

*Escolaridade* .....

*Estuda: ( ) Sim ( ) Não*

*Série: .....* *Repetência: .....*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**

*Estuda:*

*Período:*

*Endereço da Escola:* .....

*Interrompeu os estudos:* ..... - .....

*Motivos:*

*Questionar com a criança ou com o adolescente as possibilidades do seu retorno:*

*Família:* .....

*Contato com as Instituições:* .....

*Definição do Encaminhamento:* .....

*Relato e Observações:*

.....  
*Responsável*

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA



*Psiquiatria/Psicologia:*

*Ginecologia/Urologia*

*Outras Especialidades:*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**

# ANEXO 15



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCSA  
Gerência de Abrigos

## Acompanhamento Familiar

### 1. Visitas domiciliares realizadas:

Data	Dados observados

### 2. Visitas do educando à família:

Data	Dados observados

### 3. Visitas da família ao educando (na Unidade)

Data	Dados observados

### 4. Situações importantes nas visitas:

.....

.....

.....

### 5. Encaminhamentos/orientações à família

.....

.....

.....

### 6. Situação de irmãos abrigados:

Nome	Idade	Instituição	Visitas	Observações

## ANEXO 16



*Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DIC  
Circunscritura de Abigos*

### **Escala Diária dos Educandos**

<b>Periodo da manhã</b>	<b>Periodo da tarde</b>	<b>Periodo da noite</b>
<i>Ajudar na cozinha</i>	<i>Ajudar na cozinha</i>	<i>Limpeza do refeitório do</i>
<i>Limpeza do refeitório</i>	<i>Limpeza do refeitório</i>	<i>jantar</i>
<i>Quartos (tirar lixo)</i>	<i>Lavar louça do almoço</i>	<i>Lavar louça do jantar</i>
<i>Banheiro (tirar lixo)</i>	<i>Secar louça do almoço</i>	<i>Secar a louça do jantar</i>
<i>Pátios (varrer)</i>	<i>Quartos (tirar lixo)</i>	<i>Limpeza refeitório lanche</i>
	<i>Banheiro (tirar lixo)</i>	<i>da noite</i>
	<i>Pátios (varrer)</i>	<i>Lavar louça lanche da noite</i>
		<i>Secar louça lanche da noite</i>

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Observações:

# ANEXO 17



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCSA  
Gestão de Abusos

## Acompanhamento Pedagógico

Nome: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Matéria	Avaliações/Frequência							
	1º B		2º B		3º B		4º B	
	Nota	Freq.	Nota	Freq.	Nota	Freq.	Nota	Freq.

Dificuldades: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Dados levantados com a equipe pedagógica da escola: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Dados levantados com a equipe pedagógica da escola: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Atividades desenvolvidas na Oficina de Acompanhamento Escolar (específicas com educando): \_\_\_\_\_

# ANEXO 18



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DISA  
Gêrcia de Abreu

## Planejamento

Unidade: \_\_\_\_\_  
Objetivo: (colocar o resultado que deseja obter com o trabalho)

Conteúdo (o que trabalhar)	Procedimentos (de que forma)	Período (quanto tempo e em que dia)	Material (do que precisar)

Educador responsável: \_\_\_\_\_

GRAVE	MÉDIA	LEVE
<b>RESTRIÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 MÊS SEM SAIR DA UNIDADE - SOMENTE AUTORIZAR-SE-A P/SAÚDE, ESCOLA E JUIZADO, INDEPENDENTE DO ACOMPANHAMENTO DO EDUCADOR</li> <li>1 MÊS SEM RECEBER OU FAZER LIGAÇÕES (NEM RECADOS)</li> </ul>	<b>RESTRIÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>15 DIAS SEM SAIR DA UNIDADE</li> </ul>	<b>ESCALAS MAL FEITAS, NÃO FEITAS</b> O EDUCANDO DEVERÁ REPETI-LA POR 1 SEMANA  <b>TOALHAS E ROUPAS JOGADAS PELO QUARTO</b> SERÁ FEITO O RECOLHIMENTO  <b>ROUPAS E CALÇADOS SUJOS NO ARMÁRIO</b> SERÁ FEITO O RECOLHIMENTO  <b>DESRESPEITO NAS REFEIÇÕES</b> O EDUCANDO FARÁ AS REFEIÇÕES EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS  <b>DESORDEN NOS QUARTOS (NOITE)</b> O EDUCANDO SERÁ RETIRADO DO QUARTO, DEVERÁ DORMIR NA SALA  <b>DESCUMPRIMENTO COM RELAÇÃO AS NORMAS DE HIGIENE DA UNIDADE</b> O EDUCANDO DEVERÁ FAZER ESCALA DURANTE UMA SEMANA  <b>RÁDIO</b> O USO INADEQUADO DO RÁDIO, ACARRETERÁ NO SEU RECOLHIMENTO  <b>TELEVISÃO</b> QUALQUER TRANSTORNO CAUSADO NA SALA TV PELO EDUCANDO, O MESMO FICARÁ UMA SEMANA SEM ASSISTI-LA.  <b>JOGOS DE FUTEBOL</b> O EDUCANDO QUE CAUSAR TRONSTORNO FICARÁ POR TEMPO INDETERMINADO SEM ASSISTIR OS JOGOS.
<b>RESTRIÇÃO</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>AGRESSÃO - ENCAMINHAMENTO P/D.A.</li> <li>FURTO - ENCAMINHAMENTO P/D.A.</li> <li>ALTERAÇÃO DROGA</li> <li>DORMIR FORA DA UNIDADE - PROVIDÊNCIAS PARA O DESLIGAMNETO DO EDUCANDO</li> <li>DANOS PATRIMONIAIS - FAZER REPARO</li> <li>DESISTÊNCIA DE CURSO OU COLÉGIO</li> <li>SAÍDA SEM AUTORIZAÇÃO</li> <li>DESRESPEITO AO EDUCADOR</li> </ol> <p>OBS. NO CASO DE REINCIDÊNCIA, DENTRO DO PERÍODO DE CUMPRIMENTO DA M.D.I. GRAVE, A PENALIDADE SE ESTENDERÁ POR TEMPO INDETERMINADO</p> <p>NO CASO DE BOM COMPORTAMENTO, A M.D.I. PODE SER INTERROMPIDA OU REDUZIDA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>EMPRÉSTIMOS, TROCAS SEM AUTORIZAÇÃO OU COMPRAS SEM NOTA FISCAL - RECOLHIMENTO DO "OBJETO"</li> <li>MEXER EM PERTENCES ALHEIOS</li> <li>GAZEAR AULA E CURSO</li> <li>ENTRAR EM LOCAIS NÃO PERMITIDOS</li> <li>DESRESPEITO DE EDUCANDO P/ EDUCANDO</li> <li>LEVANTAR FORA DO HORÁRIO</li> <li>NÃO PARTICIPAR DAS OFICINAS E REFORÇO ESCOLARES.</li> </ol>	

# Abrigamento

Esta ação tem dois níveis de atendimento: a permanência breve e a continuada.

## 1 O PRIMEIRO CASO,

a proposta é oferecer todas as condições para que a criança ou adolescente recupere vínculos com a família por meio de ações estruturais específicas para esse fim, tendo um processo breve de intervenção.

## 2 SEGUNDO CASO

apresenta um caráter de permanência, em razão da impossibilidade de retorno ao convívio familiar imediato. Trabalha práticas de autonomia, oficinas pedagógicas, a continuidade do processo escolar e ainda prepara para a inserção no mercado de trabalho.

Qualquer que seja a situação, os dirigentes das unidades de abrigamento têm o compromisso de garantir todas as necessidades da criança ou adolescente sob sua responsabilidade, sempre com o foco no bem-estar de cada uma delas, conforme estabelecido pelo artigo 92 do **ECA - Estatuto da**

**Criança e do Adolescente.**

Para que os abrigos atendam as expectativas que exigiram sua criação, a **Secretaria Municipal da Criança - SMCR** disponibiliza uma grande estrutura de apoio técnico.

Além disso, garante apoio técnico-financeiro aos abrigos conveniados; normalmente **ONGs** que trabalham em parceria com a **Prefeitura**. O valor oferecido varia de acordo com a complexidade do serviço prestado e garante à cidade e aos assistidos pelo Programa uma ampla possibilidade de atendimento a quem busca ou é beneficiado por suas ações.

Complementar às ações do **Abrigamento**, temos o **Programa Pela Garantia da Convivência Familiar**. Seu objetivo é garantir suporte às ações dos **Conselhos Tutelares, Juizados da Infância e Adolescência e Promotoria Pública**. Como missão principal, o Programa avalia e articula a possibilidade de retorno da criança ou adolescente abrigado à família de origem.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O **ABRIGAMENTO**, BASTA ACESSAR  
[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)



Proteção e Defesa

# Formando Cidadão

O **Formando Cidadão** atende adolescentes de 12 a 18 anos de ambos os sexos que se encontram em atividades de risco ou geradoras de renda nas ruas de Curitiba. Seu objetivo primordial é o ingresso e a permanência dos participantes na escola e o afastamento das atividades de rua pela participação nas ações do Programa, além de assegurar a manutenção dos vínculos familiares. O Programa tem lugar no contraturno escolar e oferece 4 oficinas básicas:

- 🏫 **Oficina de acompanhamento escolar**
- 🏠 **Oficina de formação social e pessoal**
- 🏃 **Oficina de cultura, esporte e lazer**
- 🏢 **Oficina de educação para o trabalho**

A atuação do programa envolve a família, o que acontece por meio de visitas domiciliares, reuniões constantes de pais ou responsáveis, disponibilização de cestas básicas ou bolsas-auxílio e efetivação dos encaminhamentos que forem necessários.

O Programa é desenvolvido por intermédio de parceria entre as diversas **Secretarias Municipais, Fundação de Ação Social, Fundação Cultural de Curitiba, Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, Ministério do Exército, Polícia Militar do Paraná, Associação Atlético Banco do Brasil, Associação Comercial do Paraná, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e Secretaria de Estado da Educação.**

PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O **FORMANDO CIDADÃO**,  
BASTA ACESSAR [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)



# Abordagem

de Rua - Central e Regionalizada

Programa desenvolvido nos 8 Núcleos Regionais da **Secretaria Municipal da Criança - SMCR** e também na região central. Uma equipe de educadores sociais aborda crianças e adolescentes de 7 a 18 anos que trabalham ou moram nas ruas. A prioridade é possibilitar o retorno imediato ao convívio familiar, comunitário e social. Contudo, se houver necessidade, são realizados encaminhamentos à rede de programas de proteção e abrigo do município. As ações de abordagem integram o **Programa Central de Resgate Social**.

# Abordagem

Integrada de Prevenção e Enfrentamento à Exploração Sexual - Programa Sentinela

Através desse programa, a **SMCR** desenvolve ações preventivas e de enfrentamento à questão da exploração sexual, resgatando meninos e meninas nesta situação pelo acesso aos programas de proteção e garantias de direito. São ações desenvolvidas de maneira integrada entre a **Secretaria Municipal da Criança**, **Secretaria de Defesa Social**, **Secretaria Municipal do Urbanismo**, **Secretaria Municipal da Saúde**, **Polícia Militar**, **Polícia Civil**, **Corpo de Bombeiros**, **Conselho Tutelar**, **Ministério Público do Trabalho e Procuradoria Geral do Município**, **Secretaria de Segurança Pública**, **Fundação de Ação Social e Promotoria da Vara da Infância e Juventude**. A **SMCR** realiza abordagens nas ruas, praças, hotéis e casas noturnas, no intuito de garantir a integridade física e emocional dos jovens, encaminhando-os a lugares apropriados, orientando as famílias e a comunidade a respeito dos princípios do **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Parte deste plano, merece destaque o **Programa Sentinela**, que desenvolve ações articuladas e especializadas no atendimento a crianças e adolescentes explorados sexualmente. Pelos seus resultados, o projeto transformou-se em um centro de referência na questão.

# Criança

em Segurança

Objetiva afastar das ruas crianças e adolescentes de 7 a 18 anos em situação de risco pessoal e social, facilitando o seu acesso à rede de proteção social existente e viabilizando atendimento em espaços que oferecem alimentação, higiene pessoal, atendimento de saúde, além de atividades esportivas e culturais. Através de abordagens de rua, realizadas por educadores da **Central de Resgate Social** e educadores da **Polícia Militar do Paraná**, crianças e adolescentes são encaminhados aos **Programas de Atendimento Continuado e de Proteção Integral**. O Programa é viabilizado em parcerias com empresas, ONGs e órgãos públicos. Já o **Projeto Esporte e Cidadania**, complementar ao **Criança em Segurança**, envolve crianças e adolescentes que moram na rua. As diferenças estão nos horários, locais e dias de atendimento: o Projeto acontece de segunda a sexta, no período noturno em parceria com a **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL** e oferece locais equipados para jogos, onde educadores sociais e professores de educação física as recebem para a prática esportiva e posterior albergamento.

# SOS

Criança

Presta atendimento emergencial mediante denúncias de violência doméstica. Atua em 4 níveis:

(1) **Triagem e orientação telefônica**: atendimento 24 horas de solicitações e denúncias da comunidade pelo número **(41) 223-8899**. Além disso, é providenciado o repasse para os serviços de Atendimento de Vitimizadas ou Recâmbio e Orientação nos casos de problemas comportamentais.

(2) **Atendimento a crianças e adolescentes vitimizadas**: atendimento no local da ocorrência, realizando os encaminhamentos necessários ou abrigamentos em casos de risco.

(3) **Recâmbio**: providência o retorno de crianças e adolescentes de outros lugares, abordados nas ruas de Curitiba, após contato com os **Conselhos Tutelares** de origem.

(4) **Central de Vagas**: apoio ao Programa **SOS Criança**, centralizando as informações relativas a vagas, abrigamentos e desabrigamentos de crianças e adolescentes em **Unidades de Abrigos**. Permite que os **Conselhos Tutelares**, **Vara da Infância e Abordagem de Rua** obtenham informações sobre abrigo na cidade, conforme a natureza da vitimização e cuidados que necessitam.



# Da Rua

*Para a Escola*

Valorização da família e da escola é o maior objetivo do Programa. Sua missão é proteger crianças e adolescentes em situação de risco, dando oportunidade de reintegração familiar e social. Para isso, atividades como futebol, colônia de férias, **PIAs** - Programa de **Integração da Infância e da Adolescência** e outras são colocadas à disposição dos jovens, que vêm respondendo de forma extremamente positiva a cada uma das ações. Para o seu desenvolvimento, o Programa conta com parceria entre as **Secretarias Municipais, Fundação Cultural de Curitiba, Fundação de Ação Social, Instituto Pró-Cidadania, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Educação e Conselhos Tutelares.**

*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*

Dirigido a jovens de 7 a 14 anos que trabalham nas ruas, o Programa prioriza o atendimento aos coletores informais de materiais recicláveis, com vínculo familiar. O **PETI - Programa Erradicação do Trabalho Infantil** garante o acesso e a permanência na escola, oferecendo atividades de **Jornada Ampliada**, que proporcionam desenvolvimento integral: educação, saúde, esporte e iniciação profissional. Em parceria com a **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL**, o Programa conta ainda com o **Projeto CATES ITINE-RANTE**, que leva iniciação esportiva às comunidades carentes. Outro objetivo do **PETI** é assistir as famílias, garantindo acesso a programas de promoção social e posterior auto-sustentação. O Programa conta com apoio de **Secretarias Estaduais, Municipais, empresas privadas, ONGs e Fundação de Ação Social - FAS.**

*Cidadão*

Atende adolescentes de 12 a 17 anos em atividades de risco ou geradoras de renda nas ruas de Curitiba. O objetivo é o ingresso e a permanência dos participantes na escola e o afastamento das ruas, além de reatar os vínculos familiares. São 4 oficinas básicas:

- **Oficina de acompanhamento escolar**
- **Oficina de formação social e pessoal**
- **Oficina de cultura, esporte e lazer**
- **Oficina de educação para o trabalho**

O Programa é fruto da parceria entre as **Secretarias Municipais, Fundação de Ação Social, Fundação Cultural de Curitiba, Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, Ministério do Exército, Polícia Militar do Paraná, Associação Atlética Banco do Brasil, Associação Comercial do Paraná, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Educação.**

# Fomando

*Uma Raquete Para o Futuro*

O objetivo do **Programa Tênis: uma Raquete Para o Futuro** é oportunizar aos adolescentes do sexo masculino, na faixa de 12 a 17 anos, em situação de risco social e pessoal, uma orientação dirigida, possibilitando a prática do tênis. As atividades são desenvolvidas através de parceria entre a **Secretaria Municipal da Criança - SMCR**, o **Clube Curitibaano** e a **Federação Paranaense de Tênis**. Além das atividades diárias de treinamento específico, o programa prioriza o acompanhamento e reforço escolar e oficina de formação pessoal e social, com o envolvimento familiar, visitas domiciliares e encaminhamentos necessários. Bolsa-auxílio, refeições, seguro de vida e vale-transporte também fazem parte dos benefícios do programa.

# Tênis:

*Pela Garantia do Direito à Convivência Familiar*

Atua em dois níveis de atendimento:

**Permanência breve:** a proposta é oferecer condições para que a criança ou adolescente seja acolhido e protegido analisando-se a possibilidade de retorno familiar após uma breve intervenção.

**Permanência continuada:** apresenta um caráter de longo prazo, diante da impossibilidade de retorno ao convívio familiar imediato. Trabalha práticas de autonomia, oficinas pedagógicas, a continuidade do processo escolar e ainda prepara para a inserção no mercado de trabalho.

Complementar às ações do **Abrigoamento**, temos o **Programa Pela Garantia da Convivência Familiar**, que oferece suporte às ações dos **Conselhos Tutelares, Juizados da Infância e Adolescência e Promotoria Pública**, articulando o retorno do participante à família de origem, sempre que possível.

# Abrigos